



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO À CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE, OUVIDORIA E INTEGRIDADE PRIVADA

PARECER n. 00013/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU

NUP: 00190.109389/2021-09

INTERESSADOS: NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A. E OUTROS

ASSUNTOS: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO DE EMPRESA (PAR)

EMENTA: 1. DIREITO ADMINISTRATIVO. 2. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO INSTAURADO PARA APURAR IRREGULARIDADES ENVOLVENDO PROJETOS CULTURAIS PROPOSTOS JUNTO AO MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC), FOMENTADOS PELA LEI ROUANET. 3. DESVIO DO OBJETO DE PROGRAMAS NACIONAIS DE APOIO À CULTURA (PRONAC) PARA PROMOÇÃO DE EVENTOS CORPORATIVOS NO INTERESSE DA EMPRESA PATROCINADORA NOTRE DAME, QUE SE UTILIZOU DAS PESSOAS JURÍDICAS INTERCAPITAL E RABELLO, ENQUANTO PROPONENTES DOS PROJETOS CULTURAIS. 4. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL EM RELAÇÃO ÀS INFRAÇÕES DA LEI Nº 8.313/1991 (LEI ROUANET). 5. ENQUADRAMENTO DOS FATOS NO ART. 5º, INCISOS II E III, DA LEI Nº 12.846/2013. 6. PELO ACOLHIMENTO DAS SUGESTÕES POSTAS NO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PROCESSANTE. 7. RECOMENDAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO PAR EM RELAÇÃO À SRA. TÂNIA REGINA GUERTAS E DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DE MULTA ÀS EMPRESAS NOTRE DAME, INTERCAPITAL BELAS ARTES E RABELLO ENTRETENIMENTO E PUBLICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA DECISÃO CONDENATÓRIA À EMPRESA NOTRE DAME.

Senhor Consultor Jurídico,

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) instaurado no âmbito desta Controladoria-Geral da União – CGU, por meio da Portaria CRG/CGU nº 2.500, de 25/10/2021, publicada no DOU nº 202, de 26/10/2021 (SEI 2156195), em face das pessoas jurídicas NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A. (NOTRE DAME), CNPJ 44.649.812/0001-38, INTERCAPITAL BELAS ARTES LTDA. (INTERCAPITAL), CNPJ 01.334.179/0001-86, e RABELLO ENTRETENIMENTO EIRELI (RABELLO), CNPJ 21.029.498/0001-95, e com intimação da pessoa física Sra. Tânia Regina Guertas, CPF [REDAZIDO], para apresentar defesa.

2. Os fatos objetos da presente apuração correspondem a fatos identificados no Inquérito Policial (IPL) nº 266/2014, que integra a Ação Penal nº 0001071-40.2016.4.03.6181, relacionados à Operação Boca Livre, em curso na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo.

3. De acordo com o esquema deflagrado pela Operação Boca Livre, empresas proponentes e patrocinadoras de projetos culturais estariam se beneficiando da renúncia fiscal permitida pela Lei nº 8.313/1991 (Lei Rouanet) para realizar eventos corporativos ou privados.

4. Em síntese, o presente PAR tem como finalidade apurar as irregularidades envolvendo projetos culturais propostos junto ao Ministério da Cultura (MinC), fomentados pela Lei Rouanet, especificamente relacionadas ao desvirtuamento dos objetivos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) de nºs 128964, 1410527, 1411265 e 154771. O quadro a seguir detalha os quatro Pronac's, patrocinados pela indiciada NOTRE DAME, os quais são objetos deste PAR:

PRONAC	Nome	Valor (R\$)	Proponente
128964	Retratos por Hans Haudenschild - Mangalarga	219.997,00	Sra. Tânia
1410527	Jornada Instrumental	715.399,28	Intercapital
1411265	Música para Todos	136.589,00	Rabello
154771	Celebração Musical	296.287,72	Rabello

5. Em 4/01/2022, a Comissão Processante lavrou o Termo de Indiciação (SEI 2227970) em face das referidas empresas (Notre Dame, Intercapital e Rabello). Desse modo, nos termos do art. 16 da IN CGU nº 13/2019, as pessoas jurídicas e a pessoa física Sra. Tânia Regina Guertas foram intimadas para apresentação de defesa escrita no prazo de 30 (trinta) dias, conforme atestam os documentos SEI 2234215, 224775, 2250693 e 2250707.

6. As defesas escritas foram apresentadas, conforme SEI nºs 2259381 (Notre Dame), 2277626 (Intercapital), 2308549 (Rabello) e 2310427 (Sra. Tânia).

7. Em 16/12/2022, conforme disposto no art. 21 da IN CGU nº 13/2019, a Comissão Processante elaborou o Relatório Final (SEI 2549055), no qual deliberou por:

- c) Recomendar a aplicação à empresa **NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A. – CNPJ 44.649.812/0001-38**, da pena de multa no valor de **R\$ 9.342.939,06** (nove milhões, trezentos e quarenta e dois mil novecentos e trinta e nove reais e seis centavos), bem como da pena de publicação extraordinária da decisão, nos termos descritos no item 6.1, alínea b;
- d) Recomendar a aplicação à empresa **INTERCAPITAL BELAS ARTES LTDA. – CNPJ 01.334.179/0001-86**, da pena de multa no valor de **R\$ 715.399,28** (setecentos e quinze mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos);
- e) Recomendar a aplicação à empresa **RABELLO ENTRETENIMENTO EIRELI – CNPJ 21.029.498/0001-95**, da pena de multa no valor de **R\$ 432.876,72** (quatrocentos e trinta e dois mil oitocentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos), destacando-se que a multa deve ser redirecionada ao seu sócio administrador, o Sr. Fábio Conchal Rabello, nos termos do art. 1080, do Código Civil, uma vez que a pessoa jurídica se encontra baixada.
- f) Recomendar o arquivamento do processo em relação a proponente Sra. Tânia Regina Guertas, CPF [REDACTED]

8. Nos termos do art. 22 da IN CGU nº 13/2019, as pessoas jurídicas indiciadas e a pessoa física Sra. Tânia Regina Guertas foram intimadas para a apresentação de Alegações Finais ao Relatório Final da CPAR (SEI 2643184, 2643199, 2643201, 2643203 e 2643205), as quais usufruíram de tal faculdade, conforme SEI 2653766 (Notre Dame), 2673528 (Rabello) e 2678788 (Sra. Tânia), com exceção da indiciada Intercapital.

9. Na sequência, a Secretaria de Integridade Privada (SIPRI) elaborou a Nota Técnica nº 2860/2023/CGIST-ACESSO RESTRITO/DIREP/SIPRI (SEI 2934960), por meio da qual concluiu pela regularidade do PAR, entendendo que não há qualquer incidente processual apto a ensejar a nulidade de atos processuais e que foi observado o rito procedimental previsto em lei e em normativos infralegais, com efetiva observância do contraditório e da ampla defesa. Em vista disso, a SIPRI sugeriu o acatamento das recomendações feitas pela CPAR em seu Relatório Final.

10. Por fim, os autos foram encaminhados a esta Consultoria Jurídica junto à Controladoria-Geral da União (SEI 3039000) para análise e encaminhamento posterior ao Exmo. Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União para julgamento.

11. É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DE ACORDO COM A PORTARIA CONJUNTA CGU/PGF/CGAU Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2011

12. As manifestações dos órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, deverão aferir requisitos mínimos de juridicidade nos processos conduzidos pelos órgãos assessorados. Com efeito, por ser autoexplicativo, vale colacionar o inteiro teor do ato normativo a ser seguido também por esta Consultoria Jurídica:

Art. 1º A manifestação jurídica proferida no âmbito de órgão consultivo da Advocacia-Geral da União, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, aferirá, quando for o caso:

I - a observância do contraditório e da ampla defesa;

II - a regularidade formal do procedimento, com verificação da adequação dos atos processuais ao ordenamento jurídico vigente, em especial:

a) se o termo de indiciamento contém a especificação dos fatos imputados ao servidor e as respectivas provas;

b) se, no relatório final, foram apreciadas as questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;

c) se ocorreu algum vício e, em caso afirmativo, se houve prejuízo à defesa;

d) se houve nulidade total ou parcial indicando, em caso afirmativo, os seus efeitos e as providências a serem adotadas pela Administração;

III - a adequada condução do procedimento e a suficiência das diligências, com vistas à completa elucidação dos fatos;

IV - a plausibilidade das conclusões da Comissão quanto à:

a) conformidade com as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

b) adequação do enquadramento legal da conduta;

c) adequação da penalidade proposta;

d) inocência ou responsabilidade do servidor.

Art. 2º O disposto no art. 1º, incisos I, II e IV, "b", "c" e "d", não se aplica aos casos de sindicância investigativa, sindicância patrimonial e submissão do processo, pela comissão, a julgamento antecipado.

Art. 3º A manifestação de que trata o art. 1º conterá relatório sucinto dos fatos sob apuração, abordagem sobre os principais incidentes ocorridos no curso do processo, fundamentação e conclusão.

13. Tendo referida norma em consideração, é que elaboraremos a presente manifestação.

14. Nesse assunto, vale destacar que é competência desta CONJUR somente a análise de regularidade formal da apuração conduzida pela Comissão e de plausibilidade jurídica de suas conclusões, não sendo seu dever legal exaurir ponto a ponto da defesa e do material probatório produzido pelo Colegiado.

15. Por outro lado, mostra-se viável a esta Consultoria, na produção de subsídios à autoridade julgadora, realizar

eventual análise discordante da Comissão quanto às infrações imputadas aos acusados e à conclusão quanto à sua responsabilização ou inocência, desde que fundamentada na prova dos autos. Nesse caso, resta claro que eventual reavaliação das provas produzidas ou das infrações imputadas aos indiciados não consistem em ingerência nas competências da Comissão.

16. Em outras palavras, ainda que não seja dado ao parecer jurídico realizar um juízo de certeza quanto aos fatos apurados pela Comissão, cabe a ele verificar se as conclusões da Comissão são juridicamente plausíveis, como prevê a citada Portaria Conjunta CGU-PGF-CGAU Nº 1.

2.2 DA COMPETÊNCIA DA CGU PARA A INSTAURAÇÃO E O JULGAMENTO DO PAR

17. Considerando a especificidade do objeto de apuração do presente PAR, quais sejam, projetos culturais propostos junto ao Ministério da Cultura (MinC), fomentados pela Lei Rouanet, faz-se necessário discorrer sobre a competência da Controladoria-Geral da União para a instauração do presente PAR.

18. De acordo com a Lei nº 13.844/2019, norma vigente à época da instauração deste PAR, a Controladoria-Geral da União possui competência concorrente para instauração e julgamento de processos administrativos de responsabilização no âmbito do Poder Executivo federal. Vejamos:

Art. 51. Constituem áreas de competência da Controladoria-Geral da União:

I - providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública federal;

II - decisão preliminar acerca de representações ou denúncias fundamentadas recebidas e indicação das providências cabíveis;

III - instauração de procedimentos e processos administrativos a seu cargo, com a constituição de comissões, e requisição de instauração daqueles injustificadamente retardados pela autoridade responsável;

[...]

§ 1º À Controladoria-Geral da União, no exercício de suas competências, cumpre dar andamento às representações ou às denúncias fundamentadas que receber, relativas a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, e velar por seu integral deslinde.

[...]

§ 5º Os procedimentos e os processos administrativos de instauração e advocação facultados à Controladoria-Geral da União incluem aqueles de que tratam o Título V da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o Capítulo V da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o Capítulo IV da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, **e outros a serem desenvolvidos ou já em curso em órgão ou entidade da administração pública federal, desde que relacionados a lesão ou a ameaça de lesão ao patrimônio público.** (grifou)

19. Ademais, enquanto órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo federal, a CGU detém competência para aplicar sanção administrativa a entes privados, conforme disposto nos arts. 1º e 2º do Decreto nº 5.480/2005:

Art. 1º São organizadas sob a forma de sistema as atividades de correição do Poder Executivo Federal, a fim de promover sua coordenação e harmonização.

§ 1º O Sistema de Correição do Poder Executivo Federal compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio da instauração e condução de procedimentos correicionais.

[...]

Art. 2º Integram o Sistema de Correição:

I - a Controladoria-Geral da União, como Órgão Central do Sistema;

[...]

III - as unidades específicas de correição nos órgãos que compõem a estrutura dos Ministérios, bem como de suas autarquias e fundações públicas, como unidades seccionais; e

[...]

§ 2º As unidades seccionais ficam sujeitas à orientação normativa do Órgão Central do Sistema e à supervisão técnica das respectivas unidades setoriais.

20. Ressalte-se, ainda, o §2º do art. 8º da Lei nº 12.846/2013, o qual reforça a competência da CGU para instaurar e avocar processos administrativos:

Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

[...]

§ 2º No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União - CGU terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento nesta Lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.

21. Nesse contexto, considerando que a Lei Rouanet não define regras próprias para o procedimento administrativo de apuração das infrações previstas nessa norma, aplica-se o art. 3º, inciso II, da IN CGU nº 13/2019, o qual estabelece que:

Art. 3º **Na ausência de regras procedimentais próprias previstas em legislação específica** as disposições desta Instrução Normativa também poderão ser utilizadas para apurar:

[...]

II - infrações administrativas que ensejem a responsabilização de pessoas jurídicas por comportamento inidôneo ou pela prática de fraude ou simulação junto à Administração Pública. (grifo)

22. Por fim, cumpre consignar que, nos termos do art. 5º da IN CGU nº 13/2019, a CGU tem competência concorrente para instaurar e julgar PAR, dispondo, ainda, que esse órgão de controle interno pode exercer tal competência se presente uma ou mais das circunstâncias descritas no § 1º do referido artigo. Vejamos:

Art. 5º A Controladoria-Geral da União - CGU tem competência:

I - concorrente para instaurar e julgar PAR; e

II - exclusiva para avocar PAR instaurado por outro órgão ou entidade do Poder Executivo federal para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhe o andamento, inclusive promovendo a aplicação da penalidade administrativa cabível.

§ 1º A competência prevista nos incisos I e II poderá ser exercida, à critério da CGU, se presente uma ou mais das seguintes circunstâncias:

I - caracterização de omissão da autoridade originariamente competente, que ocorrerá quando esta não tomar nenhuma ação tendente à apuração da infração no prazo de cento e oitenta dias a contar da ciência pela referida autoridade;

II - inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão ou entidade lesada;

III - complexidade, repercussão e relevância da matéria

IV - valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade lesada; ou

V - apuração que envolva atos e fatos relacionados a mais de um órgão ou entidade do Poder Executivo federal. (grifo)

23. Nesse sentido, tal como abordado pela Comissão Processante em seu Relatório Final, "*sabe-se que o IPL 266/2014 teve início a partir de notícia crime consignada em Relatório da CGU e encaminhada à PF e ao MPF. O mencionado inquérito aborda o Grupo BELLINI e diversas empresas patrocinadoras, versando sobre o desvio de recursos públicos de grande monta. Os processos se revestem de matéria de elevada complexidade e envolvem duas legislações distintas. Além disso, os desvios de recursos da Lei Rouanet foram alvo de grande repercussão na mídia*".

24. Portanto, conforme exposto acima, considerando a competência concorrente, a complexidade, a repercussão e a relevância da matéria, a CGU possui competência legal para processar, julgar e aplicar sanções administrativas às empresas indiciadas em decorrência de irregularidades praticadas no âmbito de projetos culturais apoiados pela Lei Rouanet.

2.3 DA OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA NO PROCEDIMENTO ADOTADO PELA COMISSÃO

25. Da análise dos autos, verifica-se que os trabalhos conduzidos pela CPAR observaram os princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal (CF/88).

26. No que se refere ao Termo de Indiciação, verifica-se que todas as imputações feitas às empresa indiciadas e à pessoa física intimada, Sra. Tânia Regina Guertas, foram devidamente especificadas, com a indicação dos fatos e das provas coligidas, sem prejuízo ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 17 da IN CGU nº 13/2019.

27. As empresas acusadas, bem como a pessoa física Sra. Tânia Regina Guertas, foram devidamente citadas, conforme consta no SEI nºs 2234215, 224775, 2250693 e 2250707.

28. As defesas foram tempestivamente apresentadas, conforme SEI nºs 2259381 (Notre Dame), 2277626 (Intercapital), 2308549 (Rabello) e 2310427 (Sra. Tânia), concretizando, portanto, as garantias do contraditório e da ampla defesa dos interessados em face das responsabilidades oriundas da presente apuração.

29. As defesas e as respectivas documentações foram devidamente analisadas pela CPAR, conforme consta no Relatório Final (SEI 2549055).

30. Por fim, as empresas indiciadas e a pessoa física intimada tiveram a oportunidade de apresentar alegações finais ao Relatório Final, as quais usufruíram de tal faculdade no prazo previsto no art. 22 da IN CGU nº 13/2019 (SEI 2653766 - Notre Dame, 2673528 - Rabello e 2678788 - Sra. Tânia), com exceção da pessoa jurídica Intercapital.

31. Assim, foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme prevê o art. 5º, LV, da CF, com a garantia do amplo e irrestrito acesso dos autos, em obediência aos parâmetros legais pertinentes, sem qualquer violação ou restrição aos direitos. Foi assegurada, às empresas e à pessoa física intimada, a possibilidade de manifestação, por meio de apresentação de defesa escrita e das alegações finais, após o relatório conclusivo da Comissão Processante, demonstrando prestígio aos citados princípios.

2.4 DA REGULARIDADE FORMAL DO PROCEDIMENTO

32. O Processo Administrativo de Responsabilização foi conduzido de maneira adequada, seguindo-se o rito ordinário da Lei nº 12.846/2013.

33. Não se vislumbrou nenhuma irregularidade formal no trabalho realizado pela Comissão que, pelo contrário,

conduziu o procedimento de forma obediente aos princípios constitucionais e legais aplicáveis aos processos administrativos de responsabilização da pessoa jurídica.

34. Ademais, temos que a CPAR tomou as providências necessárias para a elucidação dos fatos, socorrendo-se de provas, bem como de documentos que foram juntados aos autos e puderam contextualizar os atos objetos de apuração e comprovar a prática das infrações administrativas.

2.5 DA CONTEXTUALIZAÇÃO DA LEI ROUANET E DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC)

35. Antes de adentrarmos na análise das conclusões da Comissão Processante sobre os fatos apurados neste PAR, faz-se necessária, para melhor compreensão do objeto do presente processo administrativo, a contextualização sobre a Lei Rouanet e o Programa Nacional de Apoio à Cultura.

36. A Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e, conforme o art. 1º, tem a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor com o intuito de:

- I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;
- V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;
- VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;
- VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;
- VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- IX - priorizar o produto cultural originário do País.

37. De acordo com o art. 2º, o Pronac será implementado por meio dos seguintes mecanismos:

- I - Fundo Nacional da Cultura (FNC);
- II - Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart);
- III - Incentivo a projetos culturais.

38. Nesse contexto, os incentivos criados pela Lei Rouanet somente serão concedidos a projetos culturais cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais deles resultantes sejam abertas, sem distinção, a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado ingresso (art. 2º, §1º), sendo vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso (art. 2º, §2º).

39. Nos termos do art. 26, o doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os seguintes percentuais:

- I - no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;
 - II - no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.
- § 1 A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

40. Por sua vez, o Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, vigente à época dos fatos, regulamentou a Lei Rouanet. Conforme o art. 23, inciso III, alínea "a", do referido Decreto, o patrocínio de projetos culturais abrange numerário ou a utilização de bens, para realização de programas, projetos e ações culturais e numerário para a cobertura de parte do valor unitário de produtos culturais e ingressos para espetáculos culturais e artísticos, podendo custear despesas administrativas em até 15% do orçamento total do projeto, nos termos do *caput* do seu art. 26.

41. O art. 46 do Decreto nº 5.761/2006 também foi taxativo ao estabelecer o caráter público dos produtos e serviços objeto dos projetos culturais:

Art. 46. Os produtos materiais e serviços resultantes de apoio do Pronac serão de exibição, utilização e circulação públicas, não podendo ser destinados ou restritos a circuitos privados ou a coleções particulares, excetuados os casos previstos no Capítulo III deste Decreto.

42. A exceção prevista no final do art. 46 supratranscrito se aplica, apenas, aos recursos decorrentes dos Ficarts, com fundamento no art. 10 da Lei Rouanet, o que não é o caso dos autos. Ressalte-se, nesse ponto, que o art. 46 foi preservado no art. 49 do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, que revogou o Decreto nº 5.761/2006.

43. Por fim, para melhor esclarecimento sobre o funcionamento do patrocínio de eventos culturais abrangidos pelo

4.3. Para que se compreenda o mecanismo e a potencial gravidade das irregularidades, valem alguns comentários. O art. 1 da Lei nº 8.313, de 1991, ao instituir o Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, estipulou como sua finalidade a captação e a canalização de recursos para o setor, conformando esta finalidade geral, porém, aos objetivos maiores de universalização de acesso à cultura, proteção das formas de expressão cultural, preservação dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro, dentre outros mencionados nos incisos do referido artigo. Vê-se, assim, que a norma traz o aspecto financeiro como um meio e não um fim em si mesmo; a "arrecadação" de recursos passou a ter lugar não para o incentivo pelo incentivo, mas para o atingimento de finalidade maior, consectário da obrigação estatal fixada pelo art. 215 da Constituição Federal.

4.4. Para tanto, a lei em comento estabeleceu duas formas de levantamentos dos recursos: o Fundo Nacional da Cultura - FNC (arts. 4 e 5), e a renúncia fiscal, no contexto do incentivo de pessoas físicas ou jurídicas a projetos culturais (arts. 18 a 30).

4.5. A operacionalização do incentivo fiscal (renúncia fiscal) ocorre da seguinte forma: o denominado **proponente** apresenta uma proposta cultural ao Ministério da Cultura (hoje Secretaria Especial da Cultura) e, caso seja aprovada, é autorizado a captar recursos para a execução do projeto, junto a pessoas físicas pagadoras de Imposto de Renda (IR) ou pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, denominadas **patrocinadoras**. A proposta aprovada transforma-se em um projeto cultural. O apoio a um determinado projeto pode ser revertido no total ou em parte para o investidor do valor desembolsado, por meio de dedução do imposto devido, observados os limites do art. 26 da lei em tela e, ainda, os percentuais máximos de dedução previstos na legislação tributária.

[...]

4.7. Ainda no espírito da universalização do acesso à cultura, a lei veda a concessão dos incentivos a projetos de alcance restrito, conforme se depreende da leitura dos parágrafos 1 e 2 do art. 2.

[...]

4.8. Especificamente em relação ao patrocínio, o §1 do art. 23 da Lei Rouanet veda o "*recebimento, pelo patrocinador, de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência do patrocínio que efetuar*". A exceção a esta vedação veio disciplinada no Decreto nº 5.761/2006.

44. Em vista da contextualização supracitada, importa mencionar que todos os 4 projetos culturais objetos deste PAR foram patrocinados com fundamento no art. 18 da Lei nº 8.313/1991 (Pronac nº 141125, SEI 2152693, fl. 13; Pronac nº 154771, SEI 2152694, fl. 14; Pronac nº 128964, SEI 2152698, fl. 49; e Pronac nº 1410527, SEI 2152714, fl. 20) e se submetem à proibição registrada no art. 46 do Decreto nº 5.761/2006 (atual art. 49 do Decreto nº 10.755/2021), isto é, à vedação de exibição, utilização e circulação restrita a circuitos privados.

45. Prossegamos na análise das conclusões da Comissão Processante, particularmente sobre a prescrição, o Termo de Indiciação, as defesas escritas e o Relatório Final.

2.6 ANÁLISE DAS CONCLUSÕES DA COMISSÃO

2.6.1. DA ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO DAS INFRAÇÕES CONTIDAS NA LEI Nº 8.313/1991 (LEI ROUANET). OCORRÊNCIA.

46. A Lei nº 8.313/1991 não regula a prescrição para a aplicação das sanções nela previstas, de forma que, em casos tais, deve-se aplicar, subsidiariamente, a Lei nº 9.873/1999 (Lei geral de prescrição de processos administrativos), a qual estabelece o prazo prescricional para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, nos seguintes termos:

Art. 1º **Prescreve em cinco anos** a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, **contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado**.

[...]

§ 2º Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração **também constituir crime**, a prescrição rege-se-á pelo **prazo previsto na lei penal**.

[...]

Art. 2º Interrompe-se a prescrição da ação punitiva: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – pela notificação ou citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato; (GRIFEI)

III - pela decisão condenatória recorrível.

IV – por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009) (grifo)

47. Neste ponto, as defesas da empresa Notre Dame e da pessoa física Sra. Tânia Guertas alegaram que houve a prescrição da pretensão punitiva estatal em relação às infrações da Lei Rouanet.

48. No presente caso, os fatos objetos deste PAR constituem crime, tipificado no art. 40 da Lei Rouanet:

Art. 40. Constitui crime, punível com reclusão de **dois a seis meses e multa** de vinte por cento do valor do projeto, obter redução do imposto de renda utilizando-se fraudulentamente de qualquer benefício desta Lei. (grifo)

49. Por essa razão, com fundamento no §2º do art. 1º da Lei nº 9.873/1999, deve-se utilizar o prazo prescricional de 3

(três) anos, constante no art. 109, inciso VI, do Código Penal, tendo em vista que o máximo da pena prevista no art. 40 supratranscrito é inferior a 1 (um) ano.

50. Com relação à contagem do prazo, manifestamos concordância com o entendimento construído pela Comissão Processante de que o termo inicial da prescrição das infrações contidas na Lei Rouanet deve ser a data do envio da última prestação de contas dos Pronacs que integram o PAR por duas principais razões: a) apesar de ter havido aportes em Pronacs diferentes, o *modus operandi* foi o mesmo, de modo que a conduta é considerada como continuada; e b) até o momento da entrega da prestação de contas, o pacto entre patrocinadora e proponente poderia ter sido alterado e proponente e patrocinadora poderiam ter realizado o projeto aprovado pelo MinC.

51. Nesse sentido, conforme o conjunto probatório deste PAR, a última prestação de contas ocorreu no âmbito do Pronac 1410527, no dia 12/06/2017 (SEI 2152714, fls. 176-178). Considerando essa data como termo inicial, a prescrição se consumaria em 12/10/2020 (considerando a suspensão dos prazos prescricionais por 120 dias determinada pela Medida Provisória nº 928/2020, em decorrência da pandemia da Covid-19).

52. No entanto, o Pronac 1410527 teve suas contas reprovadas por meio da Portaria 559, de 13/09/2017 (SEI 2152714, fls. 200-221), com recebimento pela empresa Intercapital, em 19/09/2017 (SEI 2152714, fl. 236), do comunicado que informava a reprovação da prestação de contas e dava 10 dias para interposição de recurso (SEI 2152714, fl. 224), o que configurou a hipótese de interrupção da prescrição prevista no art. 2º, inciso III, da Lei nº 9.873/1999 (decisão condenatória recorrível), acima transcrito e grifado.

53. Portanto, considerando o prazo prescricional de 3 anos, a interrupção da prescrição pela reprovação das contas em 19/09/2017 e a suspensão dos prazos por 120 dias determinada pela MP nº 928/2020, a prescrição se operou em 19/01/2021, ou seja, antes da instauração do presente PAR em 25/10/2021 (SEI 2156195).

54. Diante disso, concordamos com o entendimento da Comissão Processante de que a pretensão punitiva estatal encontra-se prescrita em relação às penalidades da Lei nº 8.313/1991 (Lei Rouanet).

2.6.2. DA ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO DAS INFRAÇÕES CONTIDAS NA LEI Nº 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO). NÃO OCORRÊNCIA.

55. A Lei nº 12.846/2013 regula a prescrição da pretensão punitiva da Administração em Processos Administrativos de Responsabilização da seguinte forma:

Art. 25. Prescrevem em 5 (cinco) anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Parágrafo único. Na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração.

56. Da interpretação literal do artigo supracitado, tem-se que o termo inicial da prescrição é a ciência da infração ou, nas hipóteses de infração permanente ou continuada, o dia em que tiver cessado. Ainda, tem-se que o prazo prescricional é interrompido com a instauração do PAR.

57. Neste ponto, as defesas das empresas Rabello e Notre Dame alegaram que houve a prescrição da pretensão punitiva estatal em relação às infrações da Lei Anticorrupção.

58. No que se refere à Rabello, a defesa da pessoa jurídica discorreu que o termo inicial da prescrição seria a data de realização dos eventos relacionados aos respectivos Pronac's. Alega, portanto, que, em relação aos Pronac's 1411265 e 154771, a prescrição teria ocorrido em abril de 2020 e em dezembro de 2021, respectivamente.

59. Quanto à Notre Dame, a defesa argumentou que tanto o Ministério da Cultura (MinC) quanto a Controladoria-Geral da União (CGU), esta enquanto titular de competência concorrente, detinham ciência dos fatos, pelo menos, desde o dia 6/06/2016. De acordo com a tese defensiva, nessa data, o MM. Juiz Federal da 3ª Vara Criminal Federal de São Paulo proferiu decisão em que decretou medidas cautelares relacionadas aos Pronac's, determinando a inabilitação cautelar de empresas proponentes de projeto culturais no sistema Salic, dentre as quais a Intercapital e a Rabello.

60. Segundo a defesa, a data da decisão judicial configura, de plano, a ciência dos fatos por parte do MinC e da CGU, motivo pelo qual o dia 6/06/2016 seria o termo *a quo*, de modo que a prescrição teria se consumado no dia 6/10/2021, ou seja, antes da instauração do presente PAR (26/10/2021).

61. A defesa da Notre Dame alega, também, que a própria CGU possuía ciência de todos os fatos, uma vez que os auditores do órgão acompanharam *"as diligências realizadas pela Polícia Federal, como o cumprimento de mandados de busca e apreensão, inclusive daquele realizado na sede da NOTRE DAME em 28/06/2016"*.

62. **Contudo, nenhuma das alegações defensivas merece prosperar.**

63. Começamos pela análise da alegação da empresa Rabello. Em contraposição à tese defensiva, entendemos que, pela literalidade do art. 25 da Lei Anticorrupção, não é possível extrair nenhuma interpretação que leve a crer que o termo inicial da prescrição seria a data da prática do ato lesivo ou da realização dos eventos que ensejou a ocorrência da infração.

64. Pelo contrário, o referido artigo, supratranscrito, é claro ao estabelecer que o prazo prescricional tem início a partir

da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado. Portanto, não há qualquer respaldo legal nem jurídico que subsidie o argumento da defesa.

65. Passemos à análise das alegações da empresa Notre Dame.

66. De acordo com os documentos anexados a este PAR, de fato, o Juiz Federal da 3ª Vara Criminal Federal de São Paulo determinou a realização de medidas cautelares no dia 6/06/2016 (SEI 2152721, volume 3, p. 204). No entanto, não é possível considerar essa data como a ciência dos fatos pelo Ministério da Cultura de forma automática e irrestrita, como pretende a defesa, por dois motivos:

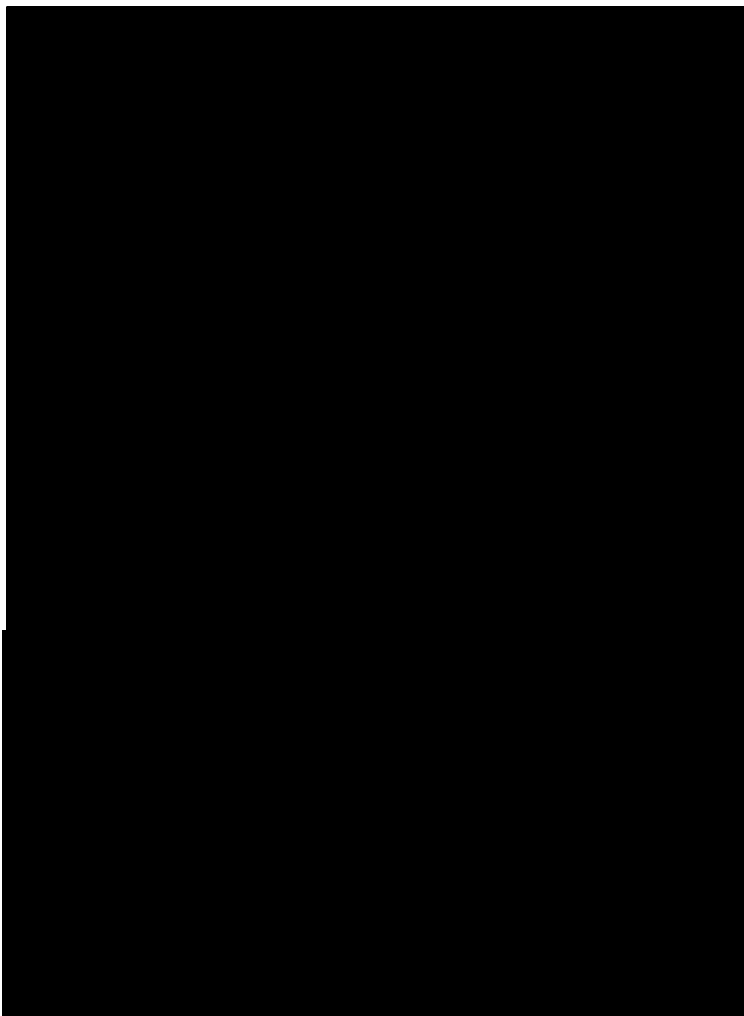
a) os ofícios enviados ao MinC para o cumprimento da decisão judicial datam de 10/06/2016 (Ofício nº 466/2016-BAT - SEI 2152721, volume 3, p. 230) e de 21/06/2016 (Ofício nº 526/2016-BAT - SEI 2152721, volume 4, p. 72). Desse modo, com base nesse primeiro motivo, já cai por terra a tese da defesa de que o termo *a quo* da prescrição seria o dia 6/06/2016, tendo em vista que, nessa data, a decisão judicial sequer tinha sido encaminhada ao Ministério da Cultura; e

b) também não é possível, juridicamente, considerar as datas dos ofícios acima referidos como termo inicial da prescrição porque o teor de tais ofícios é absolutamente restrito em razão do caráter sigiloso do processo judicial. Sendo assim, em que pese o Ministério da Cultura ter cumprido a decisão judicial, o órgão não detinha conhecimento do mínimo suficiente para a abertura de processo administrativo. Ou seja, os ofícios encaminhados ao MinC não ofereceram nenhum indício de autoria e de materialidade dos fatos para punir a Administração Pública pela inércia em apurar o ilícito administrativo e em aplicar a consequente penalidade, razão pela qual é totalmente irrazoável considerar que o órgão possuía ciência das infrações. [REDACTED]

67. [REDACTED]

[REDACTED]

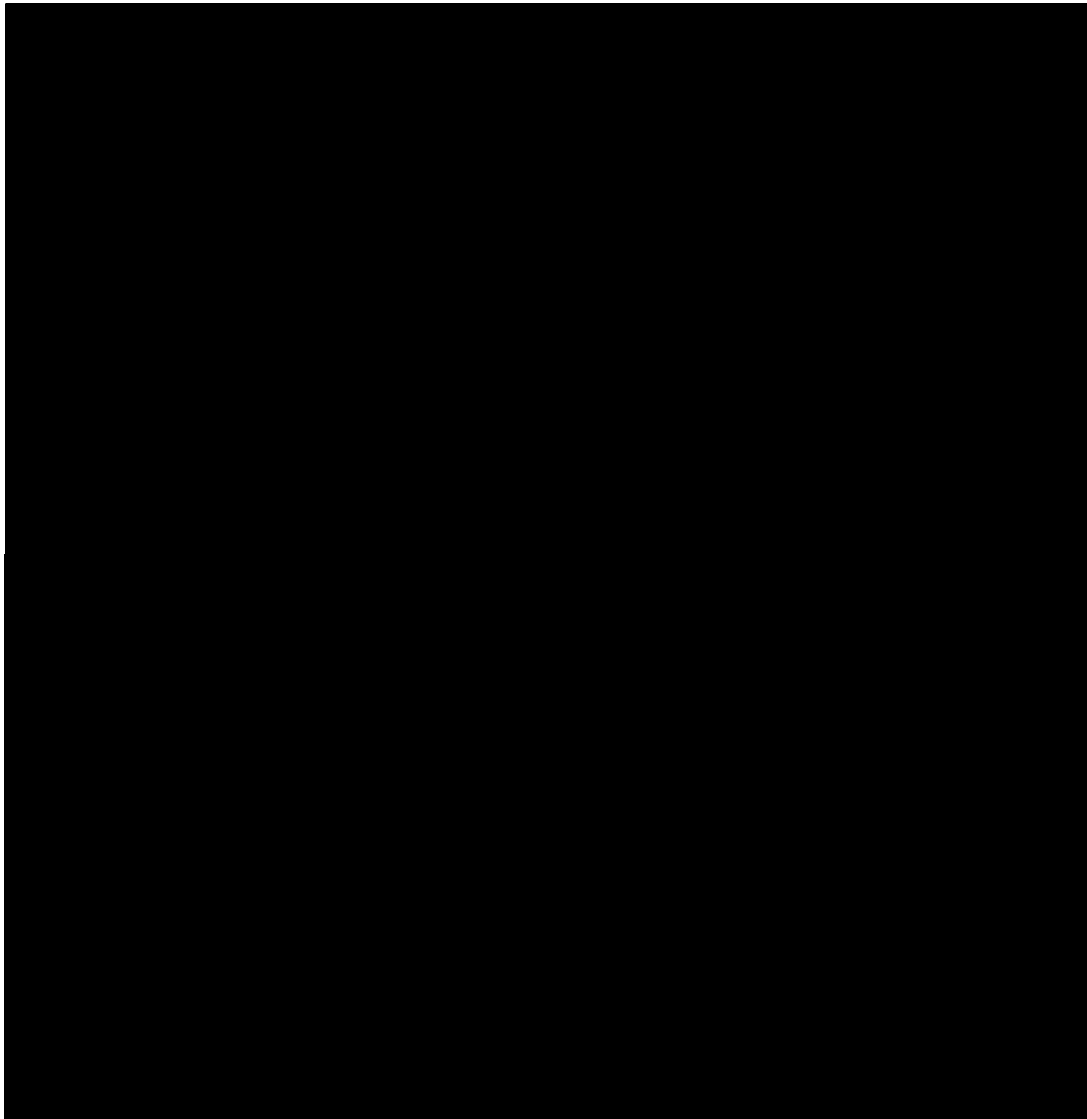
68. [REDACTED]



69. Observe-se, portanto, que os ofícios encaminhados ao Ministério da Cultura para o cumprimento da decisão judicial não descreve os fatos nem os motivos que levaram o juiz a determinar a inabilitação cautelar e o bloqueio de contas das empresas, em razão do sigilo que acobertava o processo naquele momento.

70. Desse modo, é nítido que o Ministério Cultura, em obediência à força executória das decisões judiciais, tão somente fez cumprir a determinação do MM. Juiz Federal da 3ª Vara Criminal Federal de São Paulo – que, diga-se de passagem, era cautelar, com possibilidade revogação a qualquer tempo – sem, contudo, ter acesso aos elementos mínimos de materialidade e de autoria suficientes para a deflagração de PAR, o que impede que a ciência do órgão tenha ocorrido quando do envio dos ofícios acima colacionados, tampouco quando da data da decisão judicial.

71. Em verdade, tal como bem apontado pela Comissão Processante em seu Relatório Final, de acordo com a Informação nº 145/2016/CONJUR-MINC/CGU/AGU (SEI 2152694, p. 141), datada de 9/11/2016, o MinC ainda não tinha conhecimento suficiente para a abertura de processo administrativo de responsabilização, inclusive porque o processo ainda estava sob sigilo.



72. Por meio da Informação supracitada, a Advogada da União requereu à Procuradoria-Geral da União da 3ª Região a solicitação de acesso aos autos do IPL nº 266/2014, para que o MinC pudesse conhecer as provas obtidas no Inquérito Policial e identificar, a partir delas, quem seriam os envolvidos.

73. Ainda assim, mesmo que, no dia 9/11/2016, o MinC ainda não tivesse ciência dos fatos, tomemos essa data como termo *a quo* da prescrição, em desfavor da pretensão punitiva estatal e favorável à defesa, para o cálculo da prescrição. Vejamos.

74. Conforme destacado no início deste tópico, o prazo prescricional previsto na Lei Anticorrupção é de 5 anos. No presente caso, considerando a suspensão dos prazos prescricionais por 120 dias para aplicação de sanções administrativas determinada pela Medida Provisória nº 928/2020, a pretensão estatal estaria prescrita em 9/03/2022.

75. Contudo, a instauração do presente PAR ocorreu em 25/10/2021 (SEI 2156195), ou seja, antes do prazo final da prescrição, momento em que ocorreu o fenômeno interruptivo, nos termos do parágrafo único da Lei nº 12.846/2013, estabelecendo novo marco prescricional em 25/10/2026.

76. Portanto, a conclusão a que chegou a CPAR reveste-se de razão: "*se o PAR não se encontrava prescrito no âmbito da Lei nº 12.846, de 2013, considerando uma data em que a autoridade instauradora do MinC ainda não tinha ciência dos fatos, menos ainda estaria prescrito se fosse considerada qualquer data posterior a 09/11/2016*".

77. Já com relação ao argumento da empresa Notre Dame de que a própria CGU possuía ciência de todos os fatos, sob a alegação de que os auditores do órgão acompanharam as diligências realizadas pela Polícia Federal, também não assiste razão à defesa.

78. Nos termos da Nota Técnica nº 1595/2019/CGUNE/CRG, em resposta à consulta formulada pela Coordenação-Geral de Admissibilidade Correcional (COAC) acerca do prazo prescricional aplicável aos procedimentos correccionais decorrentes de Operações Policiais com a participação de auditores ou conhecimento prévio de autoridade da Controladoria-Geral da União, a Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos (CGUNE) entendeu que, "*nas hipóteses de deflagração sigilosa da Operação Especial, o prazo somente começará a correr a partir da ciência dos fatos pela autoridade competente a partir da autorização de acesso franqueada pelo Poder Judiciário ou pela publicização dos fatos para o público em geral, conforme alertado pela COAC e transcrito no item 3.4*".

79. Observa-se, pois, que, conforme o entendimento da CGUNE, nos casos de deflagração sigilosa da Operação Policial com participação de auditores da CGU, o termo inicial da prescrição será a autorização de acesso aos autos franqueada pelo Poder Judiciário ou a publicização dos fatos para o público em geral, a qual, na maioria dos casos, ocorre pela publicação na imprensa.

80. Em relação à primeira possibilidade, já nos manifestamos sobre ela ao analisar a prescrição com fundamento na Informação nº 145/2016/CONJUR-MINC/CGU/AGU, por meio da qual a Consultoria Jurídica do MinC requereu, à Procuradoria-Geral da União da 3ª Região, que solicitasse, ao juiz federal, o acesso aos autos para a identificação de eventuais infrações e a consequente instauração de processo administrativo. Conforme já analisado, considerando a data da referida informação como termo inicial (9/11/2016), ainda que desfavorável à pretensão punitiva estatal, a prescrição não teria se consumado.

81. Considerando a segunda possibilidade, entendemos que também não houve a ocorrência da prescrição. A Operação Boca Livre foi deflagrada em 28/06/2016 (SEI 2152721, volume 4, p. 88), data em que os fatos foram publicados na mídia para o público em geral. Por conseguinte, levando em conta tal data como termo inicial e a suspensão dos prazos prescricionais por 120 dias determinada pela MP nº 928/2020, a prescrição teria se consumado em 28/10/2021.

82. Entretanto, conforme já mencionado, a instauração do presente PAR ocorreu em 25/10/2021 (SEI 2156195), ou seja, antes do prazo final da prescrição, seja na primeira possibilidade, seja na segunda.

83. Portanto, em vista da extensa análise despendida neste tópico sobre a prescrição das infrações da Lei Anticorrupção, devidamente fundamentada e amparada no conjunto probatório deste PAR, entendemos que as alegações das defesas das indiciadas Rabello e Notre Dame não devem prosperar.

84. Em razão de todo o exposto, com relação às penalidades previstas na Lei nº 12.846/2013, a pretensão punitiva estatal não se encontra fulminada pela prescrição.

2.6.3. DO TERMO DE INDICIAÇÃO, DAS DEFESAS E DO RELATÓRIO FINAL

A) TERMO DE INDICIAÇÃO (SEI 2227970)

85. De início, cumpre destacar que as informações e os elementos de prova presentes no Termo de Indiciação da Comissão Processante foram retirados do Inquérito Policial (IPL) nº 266/2014, que integra a Ação Penal nº 0001071-40.2016.403.6181, intentada na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo, bem como dos sistemas SALICNET, VERSALIC e SALIC, todos do Ministério da Cultura.

86. Conforme descrito no Relatório desta manifestação jurídica, as irregularidades apuradas neste PAR envolvem projetos culturais propostos junto ao Ministério da Cultura (MinC), fomentados pela Lei Rouanet, especificamente relacionadas ao desvirtuamento dos objetivos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) de nºs 128964, 1410527, 1411265 e 154771.

87. De acordo com a Comissão Processante no Termo de Indiciação, a indiciada Notre Dame negociou contrapartidas ilícitas com as proponentes dos projetos culturais para que os patrocínios nos Pronac's acima referidos fossem efetivados. As contrapartidas ilícitas consistiram na produção de livros exclusivos e na realização de eventos de caráter privado, formatados para atender à patrocinadora, que os utilizava como objeto de *marketing* empresarial.

88. Em relação ao **Pronac nº 128964**, proposto pela Sra. Tânia Regina Guertas com recursos aportados pela Notre Dame, a Comissão Processante apontou que a contrapartida ilícita ao aporte se configurou no recebimento de 2.000 exemplares do livro objeto do Pronac, quantidade esta superior ao permitido pela Lei Rouanet (10%), com páginas exclusivas sobre a Notre Dame, para fins de *marketing* corporativo.

89. No que se refere ao **Pronac nº 1410527**, proposto pela indiciada Intercapital Belas Artes com recursos aportados pela Notre Dame, a Comissão Processante identificou como contrapartida ilícita ao aporte a realização de um evento privado (festa de confraternização de final de ano do grupo Notre Dame, de 2015, com a Banda Jota Quest), realizado em 27/11/2015, beneficiando um grupo restrito de pessoas (funcionários e convidados), em detrimento do objeto verdadeiramente previsto no projeto cultural, qual seja, realização de 4 concertos de música instrumental em uma cidade do interior de São Paulo.

90. Quanto ao **Pronac nº 1411265**, proposto pela indiciada Rabello Entretenimento com recursos aportados pela Notre Dame, a CPAR apurou como contrapartida ilícita ao aporte a realização do mesmo evento privado de final de ano da indiciada Notre Dame, em 27/11/2015, mencionado no parágrafo acima, em prejuízo das apresentações gratuitas e itinerantes com orquestra sinfônica, real objeto do referido projeto cultural.

91. Por fim, no que toca ao **Pronac nº 154771**, proposto igualmente pela indiciada Rabello Entretenimento com recursos aportados pela Notre Dame, a CPAR apontou como contrapartida ilícita ao aporte a realização de um evento privado (show de final de ano do grupo Notre Dame com o artista Thiaguinho, banda Santa Maria e apresentação da orquestra Villa Lobos), que seria realizado em 2016 para 4.500 convidados, o qual somente não ocorreu devido à desarticulação da associação criminosa, em detrimento do verdadeiro objeto (realização de duas apresentações com orquestra sinfônica).

92. Desse modo, de acordo com Termo de Indiciação, as condutas perpetradas pelas pessoas jurídicas indiciadas enquadram-se nos seguintes atos lesivos tipificados na Lei nº 12.846/2013: a) art. 5º, inciso III (Notre Dame); e b) art. 5º, inciso II (Intercapital Belas Artes e Rabello Entretenimento).

93. Ressaltamos que a Comissão Processante também imputou às indiciadas atos lesivos previstos na Lei Rouanet, inclusive em relação à Sra. Tânia Regina Guertas^[1]. Contudo, conforme exposto no tópico 2.6.1 desta manifestação jurídica, houve a ocorrência da prescrição em relação à aplicação de penalidades com base na Lei nº 8.313/1991, motivo pelo qual nos atentaremos apenas à análise dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2013.

B) DEFESAS ESCRITAS (SEI 2259381, 2277626, 230854 e 2310427)

94. No tocante à defesa escrita, as indiciadas apresentaram argumentos contra as irregularidades apontadas pela Comissão Processante no Termo de Indiciação. Com relação às impugnações relacionadas à prescrição, ressaltamos que as alegações defensivas foram devidamente descritas e analisadas nos itens 2.6.1 e 2.6.2 desta manifestação jurídica, razão pela qual não repetiremos neste tópico.

95. A **defesa da pessoa jurídica Notre Dame** alegou, em síntese, os seguintes pontos:

- o a) os fatos apurados neste PAR ocorreram antes da entrada em vigor da Lei nº 12.846/2013, motivo pelo qual a referida lei não poderia ser aplicada, em virtude do princípio da irretroatividade;
- o b) não tinha conhecimento, à época dos patrocínios, de que a execução dos projetos pelo Grupo Bellini constituiria infração à Lei Rouanet, tendo a Notre Dame confiado na juridicidade dessa execução, a qual, nos contratos, estavam em conformidade com a aprovação do MinC;
- o c) em relação ao enquadramento legal sugerido pela Comissão, sustentou a ausência dos elementos do tipo do art. 5º, inciso III, da LAC, quais sejam, a utilização de interposta pessoa e a ocultação/dissimulação dos reais interesses;
- o d) a Notre Dame restituiu, espontaneamente, o montante de R\$ 512.876,72 relacionados aos Pronac's 1410527, 1411265 e 154771, no âmbito de processo administrativo instaurado pela Secretaria da Receita Federal; e
- o e) o Fisco jamais questionou os valores objetos de abatimento no IRPJ dos anos-calendário de 2012 e de 2014, o que evidencia a boa-fé da empresa.

96. A **defesa da pessoa jurídica Intercapital Belas Artes**, por sua vez, argumentou que:

- o a) não há nenhuma prova de que a empresa tenha realizado algum pagamento para a banda Jota Quest com recursos da Lei Rouanet;
- o b) o e-mail copiado no parágrafo 51 do Termo de indicição não cita o Pronac 1410527 ou a proponente ou a sócia da proponente;
- o c) a indiciada não reconhece as imagens, e-mails ou planilhas copiados nos parágrafos 50, 51, 53, 54, 56, 59 e 60 e seguintes do Termo de Indicição;
- o d) realizou os 4 eventos previstos no Pronac 1410527; e
- o e) diferentemente do apontado pela Comissão, o sistema SALIC informa que 97,66% do Pronac foi aprovado.

97. Por seu turno, a **defesa da pessoa jurídica Rabello Entretenimento** sustentou os seguintes argumentos:

- o a) nulidade do PAR em razão da impossibilidade de cumular, em um mesmo processo, duas imputações de naturezas diversas (Lei Anticorrupção e Lei Rouanet);
- o b) inaplicabilidade da Lei nº 12.846 por ausência de conduta ilícita por parte de algum agente público que tenha liame com a responsabilidade da pessoa jurídica;
- o c) necessidade de afastamento da imputação com fundamento na absolvição do sócio proprietário da empresa na esfera penal;
- o d) ausência de comprovação de que a indiciada financiou, custeou, patrocinou ou de qualquer modo subvencionou a prática dos atos ilícitos, bem como que utilizou interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- o e) não tinha ciência de que o Grupo Bellini praticasse qualquer ato ilícito contra o Ministério da Cultura; e
- o f) as testemunhas na ação penal foram unânimes em afirmar que o sócio da Rabello não teve conhecimento, tampouco concorreu para a prática de qualquer crime.

98. Por fim, a **defesa da pessoa física Tânia Regina Guertas** arguiu, em resumo, que:

- o a) há comprovação documental de que foram impressos 3.000 mil livros, objetos do Pronac 128964, dos quais 2.700 foram entregues a bibliotecas e a instituições de ensino;
- o b) o Ministério da Cultura fez uma fiscalização *in locu* na residência da Sra. Tânia Guertas, com a identificação dos 300 exemplares faltantes do referido livro, aguardando autorização e condição financeira para serem distribuídos; e
- o c) na execução do projeto, não houve nenhum desvio do objeto tampouco o atendimento a interesses privados de *marketing* corporativo da empresa Notre Dame, uma vez que existe, exclusivamente, um prefácio assinado pela patrocinadora Notre Dame.

99. Em vista das alegações supracitadas, a Comissão Processante realizou a análise das referidas teses defensivas no Relatório Final, descrita a seguir.

C) RELATÓRIO FINAL (SEI 2549055)

C.1) Indiciada Notre Dame

100. Com relação à defesa apresentada pela Notre Dame, com exceção da prescrição em relação às penalidades da Lei Rouanet, a Comissão Processante refutou os argumentos defensivos, apontando as devidas provas. De acordo com a CPAR, considerando que, enquanto patrocinadora, necessitava de proponentes de projetos aprovados pelo MinC, a empresa Notre Dame *"encontrou na pessoa física Sra. Tânia e nas pessoas jurídicas INTERCAPITAL e RABELLO a oportunidade de receber os recibos de mecenato para utilizá-los por ocasião da apresentação da declaração de seu imposto de renda"*, utilizando *"essas pessoas jurídicas, como interpostas pessoas, para ocultar o seu real interesse, de usufruir, indevidamente, dos benefícios fiscais da Lei Rouanet"*.

101. Ademais, de acordo com a Comissão, os contratos de patrocínio firmados entre a Notre Dame e as proponentes dos Pronac's contribuíram para revelar que a intenção da indiciada não foi a de apoiar projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura, mas, sim, de realizar eventos privados de interesse exclusivo da patrocinadora, bem como para receber os recibos de mecenato e obter os benefícios fiscais da Lei Rouanet.

102. No que toca aos valores restituídos espontaneamente pela empresa, a CPAR consignou que esse fato é levado em consideração na dosimetria da multa prevista no art. 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013 como atenuante da sanção.

C.2) Indiciada Intercapital

103. Igualmente, a Comissão Processante refutou as alegações defensivas da pessoa jurídica Intercapital. De acordo com a CPAR, a defesa foi absolutamente genérica, limitando-se a argumentar que a Comissão não teria apresentado qualquer elemento probatório e que não reconhece as provas apresentadas.

104. Além disso, com base em capturas de tela dos sistemas SALIC e VERSALIC, a Comissão Processante rebateu o argumento da defesa ao demonstrar que a indiciada utilizou a tela do sistema de acesso restrito SALIC, trocando os termos "comprovado 97,66%" por "aprovado 97,66%". Contudo, conforme apontado pela CPAR, o Pronac teve suas contas reprovadas, além de a indiciada ter sido inabilitada.

105. Com relação aos *folders*, à declaração e à reportagem apresentadas pela defesa como prova da realização dos eventos do Pronac nº 1410527, a CPAR argumentou que *"a equipe técnica do Órgão da Cultura, que é a responsável pela análise da prestação de contas, entendeu que o projeto não foi executado adequadamente, o que resultou na reprovação da prestação de conta"*, concluindo que tais documentos não configuram provas suficientes para sustentar a afirmação de que a indiciada teria realizado os eventos nos termos aprovados pelo MinC.

C.3) Indiciada Rabello Entretenimento

106. No tocante aos argumentos da defesa da empresa Rabello Entretenimento, a Comissão Processante rebateu todas as teses defensivas, salvo no que diz respeito à prescrição das penalidades da Lei Rouanet. Conforme a CPAR, a defesa confunde o regramento da prestação de contas com o procedimento sancionatório destinado à apuração das irregularidades previstas na Lei Rouanet. Com isso, com fundamento no art. 3º, inciso II, da IN CGU nº 13/2019, a Comissão afastou a alegação de que não seria possível acumular em um mesmo processo, duas imputações de naturezas diversas.

107. Ademais, a CPAR sustentou os seguintes argumentos em contraposição às teses defensivas: a) somente o ato lesivo tipificado no inciso I do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 tem relação com o crime de corrupção, em que há necessidade de demonstrar a participação de agente público no cometimento da conduta delitiva; b) a absolvição de pessoa física em processo penal não implica, necessariamente, em absolvição da pessoa jurídica da qual a pessoa física envolvida é sócia; e c) o conjunto probatório é robusto e prova que a Notre Dame utilizou a Rabello com o intuito de usufruir dos recursos públicos advindos dos benefícios fiscais da Lei Rouanet para realizar os eventos particulares de final de ano.

C.4) Sra. Tânia Guertas

108. Por fim, quanto às alegações da defesa da Sra. Tânia Guertas, a Comissão Processante destacou que o fato de ter sido comprovado junto ao MinC que houve a distribuição de 2.700 exemplares e que havia outros 300 na casa da proponente não significa, necessariamente, que a patrocinadora Notre Dame não tenha recebido os 2.000 exemplares personalizados, conforme acordado no Contrato de Patrocínio, afinal, *"o GRUPO Bellini poderia ter mandado exemplares extras para a patrocinadora"*.

109. Contudo, ao reconhecer que não há provas suficientes nos autos que indiquem que a Notre Dame recebeu 2.000 exemplares dos livros objetos do projeto cultural nos termos do contrato de patrocínio firmado entre a Notre Dame e a indiciada, a Comissão acatou os argumentos da defesa e recomendou o arquivamento do presente PAR em relação ao Pronac nº 128964 e, consequentemente, quanto à Sra. Tânia Guertas.

2.6.4. DO ENTENDIMENTO DA CONJUR E DO CONJUNTO PROBATÓRIO

110. Em vista das considerações supracitadas, passemos ao entendimento desta Consultoria Jurídica sobre as teses defensivas e a plausibilidade jurídica das conclusões da Comissão Processante. Desde já, ressaltamos que **concordamos** com as recomendações da CPAR, com as devidas reiterações e complementações expostas a seguir, fundamentadas nas respectivas provas apontadas e nas legislações pertinentes.

2.6.4.1. Sra. Tânia Guertas

111. Iniciemos com a análise da defesa da Sra. Tânia Guertas, em razão de a conclusão aqui exarada influir na imputação, à indiciada Notre Dame, dos fatos relacionados ao Pronac nº 128964.

112. Em relação ao referido Pronac, o objeto aprovado pelo Ministério da Cultura consistia em *"realizar, entre março e agosto/2013, a edição de um livro de arte retratando obras do artista Hans Haudenschild, com o tema Pintura Equestre, em uma linguagem refinada e harmoniosa, destacando a raça Mangalarga, o cavalo de sela brasileiro"*. Neste ponto, o plano de distribuição apresentado ao MinC previa a produção de 3.000 exemplares, sendo 300 (10%) destinados aos patrocinadores (SEI 2152698, fl. 8).

113. De acordo com o art. 31 do Decreto nº 5.761/2006, vigente à época dos fatos, *" não constitui vantagem financeira ou material a destinação ao patrocinador de até dez por cento dos produtos resultantes do programa, projeto ou ação cultural, com a finalidade de distribuição gratuita promocional, consoante plano de distribuição a ser apresentado quando da inscrição do programa, projeto ou ação, desde que previamente autorizado pelo Ministério da Cultura"* (grifo).

114. Observa-se, desse modo, que o plano de distribuição apresentado e aprovado pelo Ministério da Cultura estava em conformidade com o art. 31 do mencionado decreto, uma vez que estava prevista a entrega de 300 exemplares do livro objeto do Pronac à patrocinadora Notre Dame, ou seja, 10% do total.

115. No entanto, a partir do conjunto probatório deste PAR, verifica-se a existência de um Contrato de Patrocínio firmado entre a Sra. Tânia Guertas e a indiciada Notre Dame, por meio do qual se acordou, em suas cláusulas 4.3 e 4.5, a entrega gratuita de 2.000 exemplares do livro pela proponente Tânia à empresa Notre Dame no endereço desta (SEI 2152853, fl. 51), ou seja, valor muito superior ao permitido pelo art. 31 do Decreto nº 5.761/2006.

116. Ademais, as cláusulas 4.1 e 4.2 do referido Contrato de Patrocínio estabelecem como obrigação da patrocinada Tânia a inserção de página institucional e de logomarca da Notre Dame no livro objeto do Pronac, o que evidencia, ao menos em tese, a utilização do projeto cultural nº 128964 para a realização de *marketing* corporativo da patrocinadora sem respaldo na Lei Rouanet.

117. Ocorre, contudo, que a defesa da Sra. Tânia Guertas apresentou duas notas fiscais nas quais constam que houve a entrega dos 3.000 exemplares do livro no seu endereço. Ademais, a defesa apontou, documentalmente, a entrega de 2.700 exemplares a bibliotecas e a instituições de ensino, bem como a identificação dos 300 exemplares faltantes pelo MinC em uma fiscalização *in locu* na residência da Sra. Tânia, no aguardo de autorização e de condição financeira para serem distribuídos.

118. Sendo assim, considerando, de um lado, os documentos apresentados pela defesa e, de outro, a ausência de provas que corroborem que a patrocinadora Notre Dame recebeu 2.000 exemplares do livro nos termos acordados no Contrato de Patrocínio, manifestamos concordância com a recomendação da Comissão Processante em acolher os argumentos da defesa e arquivar o presente PAR em relação ao Pronac nº 128964, tanto em relação à Sra. Tânia Guertas quanto à empresa Notre Dame.

2.6.4.2. Notre Dame

119. De fato, não merecem prosperar as alegações da defesa da empresa Notre Dame. Em relação à aplicação temporal da Lei Anticorrupção, tão somente a aprovação do Pronac nº 128964 pelo MinC ocorreu antes da entrada em vigor da Lei nº 12.846/2013. No entanto, destaque-se que é no momento da entrega da prestação de contas que o desvio de objeto se materializa diante da Administração Pública, devendo ser este o marco temporal para a verificação da aplicação da referida norma, tendo em vista que, somente a partir disso, o Ministério da Cultura teria condições de avaliar a regularidade da execução do Pronac.

120. A Lei nº 12.846/2013 entrou em vigor no dia 29/01/2014 e a prestação de contas do Pronac nº 128964 ocorreu em 29/12/2014 (SEI 2152705, fl. 114-119), ou seja, após a vigência da Lei Anticorrupção. Em relação aos demais Pronac's, tanto a aprovação pelo MinC quanto a prestação de contas se deram após a entrada em vigor da LAC. Vejamos:

- o Pronac nº 1410527: aprovação em 7/11/2014 (SEI 2152714, fls. 26-28) e prestação de contas em 12/06/2017 (SEI 2152714, fl. 176);
- o Pronac nº 1411265: aprovação em 4/12/2014 (SEI 2152693, fls. 18-20) e prestação de contas em 31/03/2016 (SEI 2152693, fl. 156);
- o Pronac nº 154771: aprovação em 14/12/2015 (SEI 2152694, fls. 20-22) e prestação de contas em 26/09/2018 (SEI 2229873).

121. De todo modo, em vista das considerações do tópico anterior, reiteramos a sugestão de arquivamento da imputação de infrações à Notre Dame em relação ao Pronac nº 128964, pelos motivos já destacados.

122. Quanto ao argumento de que não tinha conhecimento, à época dos patrocínios, de que a execução dos projetos pelo Grupo Bellini constituiria infração à Lei Rouanet, destacamos que a Lei nº 12.846/2013 é expressa ao estabelecer, em seu art. 2º, a responsabilidade objetiva das empresas, ou seja, a sua responsabilização independe da intenção, da boa-fé e da existência de dolo ou culpa. Portanto, o não conhecimento pela indiciada dos atos lesivos não a exime da responsabilidade pelos desvios de objeto dos Pronac's em que foi patrocinadora.

123. Desse modo, em especial no âmbito empresarial, é descabido qualquer tipo de argumentação que se fundamente em

desconhecimento, pela pessoa jurídica, em relação a atos praticados por terceiros, o que revela a necessidade de um dever razoável de cautela em relação às pessoas e às empresas com quem contrata e mantém relações. Doutrinariamente, a prática daquele que, deliberadamente, se coloca em condição de desconhecimento/ignorância é estudada pela teoria penal da cegueira deliberada ou teoria do avestruz. De acordo com Márcio de Aguiar Ribeiro:^[2]

A responsabilização de pessoas jurídicas por ato de interposta pessoa será possível tanto em relação aos atos de corrupção em que as primeiras tenham efetiva ciência da ilicitude da conduta levada a efeito quanto em relação às hipóteses de ciência meramente potencial do ilícito, podendo ser responsabilizadas em decorrência da alta probabilidade de que o ato lesivo à Administração seja cometido pelo terceiro ou intermediário, rendendo ensejo, dessa maneira, à aplicação da teoria da cegueira deliberada, de forma a responsabilizar o agente que se coloca, intencionalmente, em estado de desconhecimento.

124. Portanto, descabe a alegação da defesa de desconhecimento das infrações praticadas pelo Grupo Bellini à época dos fatos.

125. No que se refere aos questionamentos da defesa quanto ao enquadramento legal no art. 5º, inciso III, da Lei Anticorrupção, diferentemente do alegado, estão presentes a *utilização de pessoa interposta* e o elemento finalístico de *ocultar ou dissimular*. Não importa analisar, aqui, se a Notre Dame foi utilizada pelo Grupo Bellini para a prática das infrações. A relação da indiciada com o Grupo Bellini não se confunde com a sua relação com as demais pessoas jurídicas processadas neste PAR.

126. Conforme já explicitado no tópico 2.5 desta manifestação jurídica acerca da contextualização da Lei Rouanet, não é possível que uma empresa seja, ao mesmo tempo, proponente e patrocinadora de Pronac. Portanto, o que está evidenciado nos autos é que a empresa Notre Dame, na qualidade de patrocinadora, se utilizou das pessoas jurídicas Rabello e Intercapital, enquanto proponentes dos Pronac's (*utilização de interposta pessoa*), para *dissimular o seu real interesse* em realizar eventos de caráter privado e de *marketing* corporativo em festas de final de ano, com a apropriação dos recursos públicos advindos da renúncia fiscal advinda da Lei Rouanet.

127. Em relação ao **conjunto probatório** que leva à conclusão acima descrita, temos os seguintes documentos quanto a cada Pronac patrocinado pela Notre Dame:

Provas - Pronac nº 1410527

- o Contrato de Patrocínio (em especial, cláusulas 2.2, 2.3 e 3.1) entre a Notre Dame e a Intercapital mencionando expressamente, na primeira página, o Pronac 1410527 e prevendo, como contrapartida ilícita, show da Orquestra Villa Lobos e intérprete, a ser escolhido até o final do semestre de 2015 para 4.000 espectadores, a qual culminou na festa de confraternização de final de ano da indiciada, de 2015, com a Banda Jota Quest (SEI 2152836, fls. 49-57), em detrimento do verdadeiro objeto do projeto cultural (quatro concertos de música instrumental em uma cidade do interior de São Paulo);
- o Coincidência do conteúdo do Contrato de Patrocínio com a apresentação de *slide* contendo proposta de show de final de ano da Notre Dame encaminhada pelo Grupo Bellini à indiciada, estando explícito que o evento seria "Show de Final de Ano", em dezembro de 2015, para 4.000 convidados. Ressalte-se que essa proposta fazia menção à Lei Rouanet, uma vez que continha a logomarca do Ministério da Cultura no primeiro *slide* (SEI 2152836, fls. 61-65);
- o [REDACTED]
- o Planilha contendo o orçamento intitulado "Show Intermédica 2015", que continha os custos para a apresentação da Banda Jota Quest com a Orquestra Villa Lobos. Está expressamente previsto nessa planilha que, de um total de R\$ 851.589,84 para a produção de todo o evento, R\$ 715.000,00 já tinham sido pagos por meio de aporte com base na Lei Rouanet ("Aporte Lei Rouanet") (SEI 2152836, fls. 68-70);
- o No preâmbulo do Contrato de Patrocínio, consta o valor de R\$ 715.399,28 como patrocínio pela Notre Dame, montante quase exato ao que consta na planilha acima referida como aporte da Lei Rouanet (SEI 2152836, fl. 49);
- o Fotos postadas em redes sociais do show do Jota Quest com menção à confraternização de final de ano da Notre Dame (SEI 2152830, fls. 71-73).

Provas - Pronac nº 1411265:

- o Contrato de Patrocínio entre a Notre Dame e a Rabello, mencionando expressamente, na primeira página, o Pronac 1411265 e prevendo, como contrapartida ilícita, show musical da Orquestra Villa Lobos, da Banda Jota Quest e da Banda Santa Maria, para 3.000 espectadores (cláusula 4.1), a qual culminou na festa de confraternização de final de ano da indiciada, de 2015, com a Banda Jota Quest, em prejuízo das apresentações gratuitas e itinerantes com orquestra sinfônica, real objeto do referido projeto cultural (SEI 2152836, fls. 35-41);
- o Trata-se do mesmo evento descrito no Pronac 1410527, qual seja, um evento privado realizado para a comemoração do final do ano de 2015. O que relaciona um Pronac ao outro é o fato de que, na Planilha contendo o orçamento intitulado "Show Intermédica 2015", mencionado acima (SEI 2152836, fls. 68-70), o valor de R\$ 136.589,00 que faltava para realizar o evento privado foi jogado na conta do Pronac 1411265, montante esse que consta expressamente no preâmbulo do Contrato de Patrocínio. Resumindo: o valor total para a realização da festa de final de ano de 2015 era de R\$ 851.589,84, dos quais R\$ 715.000,00 proveio do Pronac nº 1410527 e o restante, R\$ 136.589,00, do Pronac nº 1411265, tal como é possível extrair com clareza dos contratos de patrocínio e da planilha de orçamento da festa de final de ano da Notre Dame de 2015;
- o Fotos postadas em redes sociais do show do Jota Quest com menção à confraternização de final de ano da Notre Dame (SEI 2152830, fls. 71-73).

Provas - Pronac nº 154771

- o Contrato de Patrocínio entre a Notre Dame e a Rabello, mencionando expressamente, na primeira página, o Pronac 154771 e prevendo, como contrapartida ilícita, show do artista Thiaguinho, banda Santa Maria e apresentação da Orquestra Villa Lobos para 4.500 convidados (cláusula 4.1) para a realização do evento de final de ano da Notre Dame de 2016, em detrimento do verdadeiro objeto do projeto cultural (realização de duas apresentações com orquestra sinfônica) (SEI 2152836, fls. 42-48);
- o Documento em formato de *slide*, intitulado "Show de Final de Ano Notre Dame Intermédica 2016", em que o grupo Bellini informa à Notre Dame diversos itens do evento que seriam custeados pela Lei Rouanet, excepcionando o *vallet*, R.S.V.P., coquetel e jantar (SEI 2152721, volume 3, fl. 70). Vale destacar que o logotipo da Lei de Incentivo à Cultura é utilizado em todos os *slides* desse documento (SEI 2152721, volume 3, fls. 70-71);
- o Em um dos *slides* acima referidos, consta expressamente os custos do evento de final de ano de acordo com cada artista/intérprete, dentre eles, Thiaguinho, nos seguintes termos: "*O custo deste evento de final de ano para a Intermédica varia de acordo com o intérprete escolhido, os valores abaixo já se encontram com o desconto dos R\$ 296.287,72 de crédito*". Esse montante (R\$ 296.287,72) é exatamente o valor que consta no preâmbulo do Contrato de Patrocínio firmado entre a Notre Dame e a Rabello, com a caracterização de "*auspícios da lei Federal de Incentivo à Cultura*" (SEI 2152836, fl. 42).

128. Em vista das provas acima especificadas, observa-se, com clareza, que a indiciada Notre Dame, ao utilizar-se das empresas Intercapital e Rabello, proponentes dos mencionados Pronac's (considerando que não poderia ser patrocinadora e proponente simultaneamente), ocultou seu real interesse de desviar e fraudar a execução dos projetos culturais fomentados pela Lei Rouanet para promover a sua marca corporativa e obter a isenção fiscal decorrente dos benefícios da Lei nº 8.313/1991.

129. Portanto, o farto conjunto probatório deste PAR demonstrou que o desvio e a fraude nos Pronac's se concretizaram na realização de eventos privados com acesso restrito – o que é expressamente vedado pelo art. 49 do Decreto nº 10.755/2021, regulamento da Lei nº 8.313/1991 – em benefício exclusivo da Notre Dame, com promoção de sua marca e de seus interesses corporativos, usurpando o objetivo da Lei Rouanet de fomentar a cultura brasileira e facilitar o acesso a todos .

130. Por fim, tal como destacado pela Comissão Processante, a restituição espontânea de valores no montante de R\$ 512.876,72 é levada em consideração na dosimetria das penalidades, tendo em vista que, conforme já abordado, a responsabilidade prevista na Lei Anticorrupção é objetiva, independentemente de valoração da intenção ou culpa/dolo da indiciada Notre Dame.

2.6.4.3. Intercapital Belas Artes

131. Em relação à indiciada Intercapital Belas Artes, nenhum dos argumentos da defesa merece acolhimento. De fato, tal como também entendido pela Comissão Processante, a defesa é genérica ao se limitar a alegar que não reconhece os elementos probatórios indicados pela CPAR no Termo de Indiciação e que não há provas de que a indiciada tenha realizado algum pagamento para a banda Jota Quest com recursos da Lei Rouanet.

132. Neste ponto, cumpre ressaltar que não é necessário que tenha provas de pagamento à banda Jota Quest pela Intercapital, tendo em vista que a indiciada foi utilizada, como pessoa interposta, pela Notre Dame para dissimular o real interesse desta empresa em promover a sua marca corporativa com a realização de eventos privados em detrimento do verdadeiro objeto do Pronac. Nesse sentido, o simples fato de ter subvencionado a Notre Dame nesta empreitada ilícita já é suficiente para enquadrar a Intercapital no art. 5º, inciso II, da Lei nº 12.846/2013. O **conjunto probatório** que demonstra a referida subvenção à prática de atos ilícitos pela Notre Dame no âmbito do Pronac nº 1410527 é farto e consistente, conforme já apresentado no parágrafo 126 desta manifestação jurídica. Vejamos:

- o Contrato de Patrocínio (em especial, cláusulas 2.2, 2.3 e 3.1) entre a Notre Dame e a Intercapital mencionando expressamente, na primeira página, o Pronac 1410527 e prevendo, como contrapartida ilícita, show da Orquestra Villa Lobos e intérprete, a ser escolhido até o final do semestre de 2015 para 4.000 espectadores, a qual culminou na festa de confraternização de final de ano da indiciada, de 2015, com a Banda Jota Quest (SEI 2152836, fls. 49-57), em detrimento do verdadeiro objeto do projeto cultural (quatro concertos de música instrumental em uma cidade do interior de São Paulo);
- o Coincidência do conteúdo do Contrato de Patrocínio com a apresentação de *slide* contendo proposta de show de final de ano da Notre Dame encaminhada pelo Grupo Bellini à indiciada, estando explícito que o evento seria "Show de Final de Ano", em dezembro de 2015, para 4.000 convidados. Ressalte-se que essa proposta fazia menção à Lei Rouanet, uma vez que continha a logomarca do Ministério da Cultura no primeiro *slide* (SEI 2152836, fls. 61-65);
- o [REDACTED];
- o Planilha contendo o orçamento intitulado "Show Intermédica 2015", que continha os custos para a apresentação da Banda Jota Quest com a Orquestra Villa Lobos. Está expressamente previsto nessa planilha que, de um total de R\$ 851.589,84 para a produção de todo o evento, R\$ 715.000,00 já tinham sido pagos por meio de aporte com base na Lei Rouanet ("Aporte Lei Rouanet") (SEI 2152836, fls. 68-70);
- o No preâmbulo do Contrato de Patrocínio, consta o valor de R\$ 715.399,28 como patrocínio pela Notre Dame, montante quase exato ao que consta na planilha acima referida como aporte da Lei Rouanet (SEI 2152836, fl. 49);
- o Fotos postadas em redes sociais do show do Jota Quest com menção à confraternização de final de ano da Notre Dame (SEI 2152830, fls. 71-73).

133. Ademais, não prospera o argumento de que o e-mail copiado no parágrafo 51 do Termo de Indiciação não cita o Pronac nº 1410527 nem a indiciada. O Contrato de Patrocínio firmado entre a Notre Dame e a Intercapital mencionando expressamente, na primeira página, o Pronac nº 1410527 e, no preâmbulo, o valor de R\$ 715.399,28 como patrocínio pela Notre Dame (SEI 2152836, fls. 49-57), somado à planilha contendo o orçamento intitulado "Show Intermédica 2015", com a indicação de que R\$ 715.000,00 já tinham sido pagos por meio de aporte com base na Lei Rouanet ("Aporte Lei Rouanet") (SEI 2152836, fls. 68-70), já são suficientes para comprovar que o e-mail se referia ao Pronac nº 1410527.

134. No que se refere aos documentos que a defesa anexou para comprovar que realizou os quatro eventos previstos no Pronac nº 1410527, entendemos que eles não têm o condão de afastar o farto conjunto probatório acima especificado e detalhado. Em outras palavras, as provas deste PAR apontam, com concretude, que a Intercapital Belas Artes subvencionou a prática de ato ilícito pela Notre Dame com desvio de finalidade aos objetivos da Lei Rouanet de promoção cultural à coletividade, por ter sido a interposta pessoa jurídica utilizada para que os eventos voltados aos interesses de *marketing* corporativo da patrocinadora fossem custeados com recursos públicos.

135. Sendo assim, a indiciada Intercapital emitiu os recibos de mecenato para a Notre Dame (SEI 2152714, fls. 62-72 e 104), mesmo tendo ciência de que os recursos iriam ser destinados aos eventos de interesse privado da patrocinadora.

136. Ademais, ainda que a defesa alegue que os eventos objeto do Pronac nº 1410527 tenham se realizado, o Ministério da Cultura, detentor da *expertise* técnica para a análise da execução dos projetos culturais, concluiu que o referido Pronac não foi executado adequadamente, culminando na reprovação da prestação de contas (SEI 2152830, fls. 218-219), o que representa mais um elemento de prova contra a indiciada.

137. Por fim, a defesa sustenta que, conforme informação do sistema SALIC, 97,66% do Pronac nº 1410527 foi aprovado. No entanto, essa alegação tentou induzir a Comissão Processante a erro, a qual refutou, fundamentadamente, o referido argumento.

138. Conforme explicado pela CPAR no Relatório Final, *"o sistema SALIC informa que houve envio de notas fiscais que comprovam despesas realizadas de 97,66% dos recursos captados. Contudo, esse campo do sistema não indica que houve aprovação da prestação de contas. Até porque não existe aprovação de prestação de contas de 97,66%"*.

139. Desse modo, tal como apontado pela CPAR com capturas de tela dos sistemas SALIC e VERSALIC, a situação do projeto é "prestação de contas desaprovada com notificação de cobrança", além de uma evidente tarja vermelha com a informação de "proponente inabilitado".

140. Em vista do exposto, sugerimos o não acolhimento das alegações da indiciada Intercapital Belas Artes.

2.6.4.4. Rabello Entretenimento

141. Igualmente, as alegações defensivas da indiciada Rabello não encontram respaldo fático, legal nem jurídico.

142. De início, a defesa sustenta a nulidade do PAR por considerar a impossibilidade de cumular, em um mesmo processo, duas imputações de naturezas diversas (Lei Anticorrupção e Lei Rouanet). No entanto, remetemos a leitura ao tópico 2.2 desta manifestação jurídica, no qual foi devidamente analisada a competência da CGU para instaurar e julgar o presente PAR, com a indicação de diversos fundamentos legais para tanto. Portanto, consideramos rebatida a tese defensiva.

143. A defesa alega, também, que a Lei nº 12.846/2013 é inaplicável ao presente caso por ausência de conduta ilícita por parte de algum agente público que tenha liame com a responsabilidade da pessoa jurídica. Contudo, com exceção da infração contida no art. 5º, inciso I, nenhum outro ato ilícito previsto na Lei Anticorrupção pressupõe a participação de agente público no ato infracional. Neste PAR, a indiciada está respondendo pela infração contida no art. 5º, inciso II, da referida lei, de modo que refutamos, por completo, o argumento defensivo.

144. Com relação às alegações de necessidade de afastamento da imputação com fundamento na absolvição do sócio proprietário da empresa na esfera penal, bem como de que as testemunhas na ação penal foram unânimes em afirmar que o sócio da Rabello não teve conhecimento nem concorreu para a prática de qualquer crime, reforçamos o que a Comissão Processante já destacou: é jurisprudência mais que consolidada no âmbito do Supremo Tribunal Federal de que as instâncias penal e administrativa são independentes entre si, não havendo comunicação nem influência das decisões de uma seara na outra, exceto nos casos de inexistência do fato ou negativa de autoria apuradas no âmbito criminal, o que não é o caso em questão.

145. Ademais, o art. 3º, §1º, da Lei nº 12.846/2013 é expresso ao dispor que *"a pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput"*. Portanto, não merece prosperar o argumento da defesa.

146. Além dos argumentos supracitados e já rebatidos, a indiciada aponta a ausência de comprovação de que a indiciada financiou, custeou, patrocinou ou de qualquer modo subvencionou a prática dos atos ilícitos, bem como que utilizou interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados. Mais uma vez, a defesa não possui razão. O **conjunto probatório** deste PAR é farto, consistente e suficiente para subsidiar a responsabilização da indiciada pela prática de infração em relação aos dois Pronac's em que foi proponente. Vejamos:

Pronac nº 1411265:

- Contrato de Patrocínio entre a Notre Dame e a Rabello, mencionando expressamente, na primeira página, o Pronac 1411265 e prevendo, como contrapartida ilícita, show musical da Orquestra Villa Lobos, da

- Banda Jota Quest e da Banda Santa Maria, para 3.000 espectadores (cláusula 4.1), a qual culminou na festa de confraternização de final de ano da indiciada, de 2015, com a Banda Jota Quest, em prejuízo das apresentações gratuitas e itinerantes com orquestra sinfônica, real objeto do referido projeto cultural (SEI 2152836, fls. 35-41);
- o Trata-se do mesmo evento descrito no Pronac 1410527, qual seja, um evento privado realizado para a comemoração do final do ano de 2015. O que relaciona um Pronac ao outro é o fato de que, na Planilha contendo o orçamento intitulado "Show Intermédica 2015", mencionado acima (SEI 2152836, fls. 68-70), o valor de R\$ 136.589,00 que faltava para realizar o evento privado foi jogado na conta do Pronac 1411265, montante esse que consta expressamente no preâmbulo do Contrato de Patrocínio. Resumindo: o valor total para a realização da festa de final de ano de 2015 era de R\$ 851.589,84, dos quais R\$ 715.000,00 proveio do Pronac nº 1410527 e o restante, R\$ 136.589,00, do Pronac nº 1411265, tal como é possível extrair com clareza dos contratos de patrocínio e da planilha de orçamento da festa de final de ano da Notre Dame de 2015;
 - o Fotos postadas em redes sociais do show do Jota Quest com menção à confraternização de final de ano da Notre Dame (SEI 2152830, fls. 71-73).

Pronac nº 154771

- o Contrato de Patrocínio entre a Notre Dame e a Rabello, mencionando expressamente, na primeira página, o Pronac 154771 e prevendo, como contrapartida ilícita, show do artista Thiaguinho, banda Santa Maria e apresentação da Orquestra Villa Lobos para 4.500 convidados (cláusula 4.1) para a realização do evento de final de ano da Notre Dame de 2016, em detrimento do verdadeiro objeto do projeto cultural (realização de duas apresentações com orquestra sinfônica) (SEI 2152836, fls. 42-48);
- o Documento em formato de *slide*, intitulado "Show de Final de Ano Notre Dame Intermédica 2016", em que o grupo Bellini informa à Notre Dame diversos itens do evento que seriam custeados pela Lei Rouanet, excepcionando o *vallet*, R.S.V.P., coquetel e jantar (SEI 2152721, volume 3, fl. 70). Vale destacar que o logotipo da Lei de Incentivo à Cultura é utilizado em todos os *slides* desse documento (SEI 2152721, volume 3, fls. 70-71);
- o Em um dos *slides* acima referidos, consta expressamente os custos do evento de final de ano de acordo com cada artista/intérprete, dentre eles, Thiaguinho, nos seguintes termos: "*O custo deste evento de final de ano para a Intermédica varia de acordo com o intérprete escolhido, os valores abaixo já se encontram com o desconto dos R\$ 296.287,72 de crédito*". Esse montante (R\$ 296.287,72) é exatamente o valor que consta no preâmbulo do Contrato de Patrocínio firmado entre a Notre Dame e a Rabello, com a caracterização de "*auspícios da lei Federal de Incentivo à Cultura*" (SEI 2152836, fl. 42).

147. Portanto, os elementos probatórios acima especificados demonstram, concretamente, a utilização da proponente Rabello, como interposta pessoa, pela Notre Dame, para que a patrocinadora pudesse usufruir dos recursos públicos advindos dos benefícios fiscais da Lei Rouanet para realizar os eventos particulares de final de ano. Nesse contexto infracional, a indiciada Rabello emitiu os recibos de mecenato para a Notre Dame (SEI 2152693, fl. 106 e SEI 2152694, fl. 46), mesmo sabendo que os recursos iriam ser destinados aos eventos de interesse privado da patrocinadora.

148. Por fim, a defesa afirma que a indiciada Rabello não tinha ciência de que o Grupo Bellini praticasse qualquer ato ilícito contra o Ministério da Cultura. Neste ponto, reiteramos o que já destacado nesta manifestação jurídica em relação à indiciada Notre Dame: a Lei nº 12.846/2013 é clara ao estabelecer, em seu art. 2º, a responsabilidade objetiva das empresas, ou seja, a sua responsabilização independe da intenção, da boa-fé e da existência de dolo ou culpa. Portanto, o não conhecimento pela indiciada dos atos lesivos não a exime da responsabilidade pelos desvios de objeto dos Pronac's nos quais foi proponente.

149. Diante do exposto, recomendamos o afastamento das teses de defesa da indiciada Rabello.

2.7 DO ENQUADRAMENTO LEGAL

150. Considerando o entendimento exposto no tópico anterior, recomendamos o seguinte enquadramento legal para cada indiciada:

a) Notre Dame Intermédica Saúde S/A: art. 5º, inciso III, da Lei nº 12.836/2013, por ter se utilizado de interpostas pessoas jurídicas (Intercapital e Rabello) para dissimular seus reais interesses de se apropriar de recursos de renúncia fiscal para a realização de eventos de final de ano de seu interesse exclusivo;

b) Intercapital Belas Artes Ltda: art. 5º, inciso II, da Lei nº 12.846/2013, por subvencionar e patrocinar a prática de ato ilícito pela Notre Dame com desvio de finalidade aos objetivos da Lei Rouanet de promoção cultural à coletividade, por ter sido uma das interpostas pessoas jurídicas utilizadas para que os eventos voltados aos interesses de *marketing* corporativo da patrocinadora fossem custeados com recursos públicos; e

c) Rabello Entretenimento Eireli: art. 5º, inciso II, da Lei nº 12.846/2013, por subvencionar e patrocinar a prática de ato ilícito pela Notre Dame com desvio de finalidade aos objetivos da Lei Rouanet de promoção cultural à coletividade, por ter sido uma das interpostas pessoas jurídicas utilizadas para que os eventos voltados aos interesses de *marketing* corporativo da patrocinadora fossem custeados com recursos públicos.

151. Passemos à dosimetria da pena.

2.8 DA DOSIMETRIA DA PENA

152. A Lei nº 12.846/2013 estabelece, em seu art. 6º, duas sanções aplicáveis às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei, a saber: a) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e b) publicação extraordinária da decisão condenatória.

153. Diante disso, **concordamos** com as sugestões realizadas pela Comissão Processante, a qual está devidamente detalhado no tópico 6 do Relatório Final.

154. As penas foram calculadas e dosadas pela CPAR com fundamento nas três etapas descritas nos artigos 6º e 7º da Lei nº 12.846/2013 e 22 a 26 do Decreto nº 11.129/2022, bem como nas Instruções Normativas CGU nº 1/2015 e CGU/AGU nº 2/2018, no Decreto-Lei nº 1.598/1977 e no Manual Prático de Cálculo das Sanções da CGU.

2.8.1. Notre Dame Intermédica Saúde S/A

155. Com relação à primeira etapa do cálculo da multa, a Comissão considerou, corretamente, a base de cálculo no montante de R\$ 9.342.939.069,10, resultado da diferença entre a receita operacional bruta consolidada da empresa no ano de 2020 e os tributos sobre ela incidentes (SEI 2549290 e 2549273).

156. Quanto à segunda etapa, a alíquota sugerida pela CPAR, que incidirá sobre a base de cálculo, foi de 1,51%, valor equivalente à diferença entre 3,5% dos fatores de agravamento e 1,99% dos fatores de atenuação, pelas seguintes razões, com as quais concordamos:

Fatores de agravamento (art. 22 do Decreto 11.129/2022):

- 1% (inciso I): concurso dos atos lesivos, tendo em vista que restou demonstrado que a Notre Dame se utilizou do mesmo *modus operandi* para os Pronacs analisados no processo (1411265, 154771 e 1410527), o que caracterizou ser continuada a conduta da pessoa jurídica; e
- 2,5% (inciso II): tolerância ou ciência do corpo diretivo, visto que houve participação da Diretora de Marketing da Notre Dame nas tratativas com o GRUPO Bellini que levaram ao desvio do objeto dos Pronacs. Também houve participação de outros diretores na assinatura dos contratos de patrocínio.

Fatores de atenuação (art. 23 do Decreto 11.129/2022):

- 1,99% (inciso V): programa de integridade, nos termos do SEI 2571683 e SEI 2571690.

157. Por fim, na terceira etapa, a Comissão Processante realizou, corretamente, a calibragem da multa. Levando em conta que o valor mínimo para a multa deve ser o maior valor entre 0,1% da base de cálculo e o da vantagem auferida e que o valor máximo deve ser o menor valor entre 20% da base de cálculo definida na 1ª etapa e três vezes a vantagem pretendida ou auferida (Pronac's 1410527, 1411265 e 154771), a pessoa jurídica Notre Dame deve pagar multa no valor de **R\$ 9.342.939,06**, conforme a sequência descrita abaixo.

- o **Multa preliminar:** $1,99\% \times R\$ 9.342.939.069,10 = R\$ 213.028.353,71$;
- o **Valor mínimo:** $0,1\% \times R\$ 9.342.939.069,10 = R\$ 9.342.939,06$ (valor maior que o da vantagem auferida no montante de R\$ 1.148.276,00 considerando os três Pronac's);
- o **Valor máximo:** $3 \times R\$ 1.148.276,00 = R\$ 3.444.828,00$ (valor menor que 20% da base de cálculo);
- o **Valor final da multa:** R\$ 9.342.939,06, uma vez que a multa não pode ser inferior ao limite mínimo.

158. No que se refere à dosimetria da pena de publicação extraordinária da decisão condenatória, a Lei Anticorrupção define apenas um prazo mínimo, de 30 (trinta) dias, no caso da publicação em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, deixando uma margem de discricionariedade para a Administração na determinação do prazo específico do caso concreto, conferindo autonomia na análise do caso sob apuração.

159. Com a finalidade de buscar maior objetividade e segurança jurídica na aplicação da publicação extraordinária, o Manual Prático de Cálculo das Sanções da LAC apresenta sugestão de escalonamento do prazo pelo qual o ente privado deverá cumprir a sanção em tela. Para a alíquota que incide sobre a base de cálculo no valor menor ou igual a 2,5%, tal como ocorreu no presente caso, em que a alíquota resultante foi de 1,51%, o referido Manual define o **prazo de 30 (trinta) dias**, dosimetria que sugerimos para o presente caso.

2.8.2. Intercapital Belas Artes Ltda.

160. Com relação à primeira etapa do cálculo da multa, a Comissão considerou, corretamente, a base de cálculo atualizada no montante de R\$ 41.965,08, considerando os valores do faturamento da empresa no ano de 2016 (SEI 2549290, item 7), tendo em vista que a pessoa jurídica se encontra baixada desde 4/12/2020. Assim, a CPAR atendeu ao disposto no art. 21 do Decreto nº 11.129/2022, o qual prevê a utilização do último faturamento bruto disponibilizado pela pessoa jurídica, que deve ser corrigido pelo IPCA até o último dia do ano anterior ao da instauração do PAR.

161. Quanto à segunda etapa, a alíquota sugerida pela CPAR, que incidirá sobre a base de cálculo, foi de 3%, valor equivalente ao fator de agravamento relacionado à tolerância ou ciência do corpo diretivo (art. 22, II, D. 11.129/2022), visto que houve participação do Diretor da Intercapital na assinatura do contrato de patrocínio e na emissão dos recibos de mecenato. Com relação aos fatores de atenuação, não há, nos autos, nenhum elemento que permita atenuar a pena da indiciada nos termos do art. 23 do Decreto nº 11.129/2022.

162. Por fim, na terceira etapa, a Comissão Processante realizou, corretamente, a calibragem da multa. Tendo em vista que a indiciada encontra-se baixada desde 2020, o parágrafo único do art. 21 do Decreto nº 11.129/2022 estabelece que *"o valor da multa será estipulado observando-se o intervalo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e o limite mínimo da vantagem auferida, quando for possível sua estimação"*.

163. Assim, levando em conta que o valor mínimo para a multa deve ser maior valor entre R\$ 6.000,00 e o da vantagem auferida e que o valor máximo deve ser o menor valor entre R\$ 60 milhões e três vezes a vantagem pretendida ou auferida, a pessoa jurídica Intercapital deve pagar multa no valor de **R\$ 715.399,28**, conforme a sequência descrita abaixo.

- o Multa preliminar: $3\% \times R\$ 41.965,08 = R\$ 1.258,95$;
- o Valor mínimo: vantagem auferida no Pronac 1410527 no montante de R\$ 715.399,28 (valor maior que R\$ 6 mil);
- o Valor máximo: $3x$ a vantagem auferida no Pronac 1410527 no montante de R\$ 2.146.197,84 (valor menor que R\$ 60 milhões);
- o Valor final da multa: R\$ 715.399,28, uma vez que a multa não pode ser inferior ao limite mínimo.

164. No que se refere à dosimetria da pena de publicação extraordinária da decisão condenatória, tal penalidade não se aplica, uma vez que a pessoa jurídica está baixada/inativa.

2.8.3. Rabello Entretenimento Eireli

165. Com relação à primeira etapa do cálculo da multa, a Comissão considerou, corretamente, a base de cálculo atualizada no montante de R\$ 49.979,56, considerando os valores do faturamento da empresa no ano de 2016 (SEI 2549290, item 7), tendo em vista que a pessoa jurídica se encontra baixada desde 23/10/2017. Assim, a CPAR atendeu ao disposto no art. 21 do Decreto nº 11.129/2022, o qual prevê a utilização do último faturamento bruto disponibilizado pela pessoa jurídica, que deve ser corrigido pelo IPCA até o último dia do ano anterior ao da instauração do PAR.

166. Quanto à segunda etapa, a alíquota sugerida pela CPAR, que incidirá sobre a base de cálculo, foi de 3,5%, valor equivalente aos fatores de agravamento relacionados ao concurso dos atos lesivos (art. 22, I, D. 11.129/2022) e à tolerância ou ciência do corpo diretivo (art. 22, II, D. 11.129/2022), visto que a Rabello subvencionou a prática contínua de ato ilícito contra a Administração perpetrado pela Notre Dame para os Pronacs 1411265 e 154771, bem como houve participação do sócio-responsável pela Rabello na assinatura dos contratos de patrocínio e na emissão dos recibos de mecenato.

167. No que se refere aos fatores de atenuação, não há, nos autos, nenhum elemento que permita atenuar a pena da indiciada nos termos do art. 23 do Decreto nº 11.129/2022.

168. Por fim, na terceira etapa, a Comissão Processante realizou, corretamente, a calibragem da multa. Tendo em vista que a indiciada encontra-se baixada desde 2017, o parágrafo único do art. 21 do Decreto nº 11.129/2022 estabelece que *"o valor da multa será estipulado observando-se o intervalo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e o limite mínimo da vantagem auferida, quando for possível sua estimação"*.

169. Assim, levando em conta que o valor mínimo para a multa deve ser maior valor entre R\$ 6.000,00 e o da vantagem auferida e que o valor máximo deve ser o menor valor entre R\$ 60 milhões e três vezes a vantagem pretendida ou auferida, a pessoa jurídica Rabello deve pagar multa no valor de **R\$ 432.876,72**, conforme a sequência descrita abaixo.

- o Multa preliminar: $3,5\% \times R\$ 49.979,56 = R\$ 1.749,28$;
- o Valor mínimo: vantagem auferida nos Pronac's 1411265 e 154771 no montante de R\$ 432.876,72 (valor maior que R\$ 6 mil);
- o Valor máximo: $3x$ a vantagem auferida nos Pronac's 1411265 e 154771 no montante de R\$ 1.298.630,16 (valor menor que R\$ 60 milhões);
- o Valor final da multa: R\$ 432.876,72, uma vez que a multa não pode ser inferior ao limite mínimo.

170. No que se refere à dosimetria da pena de publicação extraordinária da decisão condenatória, tal penalidade não se aplica, uma vez que a pessoa jurídica está baixada/inativa.

3. CONCLUSÃO

171. Pelo exposto, com fundamento no conjunto probatório que forma este PAR, restou evidenciada que as pessoas jurídicas Notre Dame Intermédica Saúde S/A, Intercapital Belas Artes Ltda. e Rabello Entretenimento Eireli desviaram e fraudaram a execução de projetos culturais fomentados pela Lei nº 8.313/1991, propostos e aprovados pelo Ministério da Cultura, com o favorecimento da empresa Notre Dame, patrocinadora dos Pronac's de nºs 1410527, 1411265 e 154771, por meio de contrapartidas ilícitas (realização de eventos privados em seu benefício exclusivo, com promoção de sua marca, e posterior utilização da isenção fiscal decorrente da Lei Rouanet).

172. Quanto ao enquadramento legal, a indiciada Notre Dame Intermédica Saúde S/A incidiu no ato lesivo tipificado no artigo 5º, inciso III, da Lei nº 12.836/2013, por ter se utilizado de interpostas pessoas jurídicas (Intercapital e Rabello) para dissimular seus reais interesses de se apropriar de recursos de renúncia fiscal para a realização de eventos de final de ano de seu interesse exclusivo.

173. As indiciadas Intercapital Belas Artes Ltda. e Rabello Entretenimento Eireli, por sua vez, enquanto proponentes dos projetos culturais, incidiram no ato lesivo tipificado no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 12.846/2013, por subvencionarem e patrocinarem a prática de atos ilícitos pela Notre Dame, com desvio de finalidade dos objetos dos Pronac's nºs 1410527, 1411265 e 154771, por terem sido interpostas pessoas jurídicas utilizadas para que os eventos voltados aos interesses de *marketing* corporativo da patrocinadora fossem custeados com recursos públicos derivados da Lei Rouanet.

174. Portanto, após a análise apresentada nesta manifestação jurídica, de forma conjunta e sistemática, do acervo probatório que forma os autos deste PAR, considerando a natureza, a gravidade, o grau de reprovabilidade da conduta e observando-se os princípios da legalidade, da proporcionalidade, da razoabilidade e da individualização da pena, **concorda-se com o Relatório Final da CPAR** (SEI 2549005) e com a manifestação da Nota Técnica nº 2860/2023/CGIST-ACESSO RESTRITO/DIREP/SIPRI (SEI 2934960), aprovado pelo DESPACHO CGIST - ACESSO RESTRITO (SEI 3038917) e pelo DESPACHO DIREP (SEI 3038999), no sentido de **RECOMENDAR** à autoridade julgadora a aplicação:

a) à pessoa jurídica NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A. (NOTRE DAME), CNPJ nº 44.649.812/0001-38 das penalidades de **multa** no valor de R\$ 9.342.939,06 (nove milhões, trezentos e quarenta e dois mil novecentos e trinta e nove reais e seis centavos), nos termos do artigo 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013, e de **publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora**, com fundamento no artigo 6º, inciso II, da Lei nº 12.846/2013, devendo a empresa promover tal publicação, na forma de extrato de sentença, às suas expensas, cumulativamente:

- em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo de 30 (trinta) dias;
- em seu sítio eletrônico, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio;

b) à pessoa jurídica INTERCAPITAL BELAS ARTES LTDA. (INTERCAPITAL), CNPJ nº 01.334.179/0001-86, da penalidade de **multa** no valor de R\$ 715.399,28 (setecentos e quinze mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos), nos termos do artigo 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013; e

c) à pessoa jurídica RABELLO ENTRETENIMENTO EIRELI (RABELLO), CNPJ nº 21.029.498/0001-95, da penalidade de **multa** no valor de R\$ 432.876,72 (quatrocentos e trinta e dois mil oitocentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos), com fulcro no artigo 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013.

175. Recomendamos, ademais, o arquivamento do presente PAR em relação ao Pronac nº 128964, tanto em relação à Sra. Tânia Guertas quanto à empresa Notre Dame Intermédica Saúde S/A, pelos motivos apontados nos parágrafos 111 a 118 desta manifestação jurídica.

176. No que se refere às penalidades da Lei nº 8.313/1991 (Lei Rouanet), concordamos com o entendimento da Comissão Processante de que a pretensão punitiva estatal encontra-se prescrita, conforme fundamentado no tópico 2.6.1 do presente parecer.

177. Por fim, **ressaltamos que as pessoas jurídicas Intercapital Belas Artes Ltda. e Rabello Entretenimento Eireli encontram-se baixadas/inativas**, razão pela qual **não se aplica a penalidade de publicação extraordinária** da decisão administrativa sancionadora.

178. Para fins dos encaminhamentos previstos no Cap. VI da Lei nº 12.846/2013 e, também, considerando a previsão constante em seu art. 6º, §3º, destacamos a identificação dos seguintes valores:

1. Valor do dano à Administração: R\$ 1.148.276,00, montante dos aportes a título de patrocínio efetivados pela Notre Dame nos Pronac's 1410527, 1411265 e 154771;
2. Valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração: R\$ 1.148.276,00.

179. Em caso de acolhimento do presente parecer, sugerem-se os seguintes encaminhamentos:

1. Nos termos do §2º do art. 49 da Lei nº 14.600/2023 e § 4º do art. 19 da Lei nº 12.846/2013, envio de ofício ao órgão competente da Advocacia-Geral da União (AGU), para providências referentes à sua esfera de sua competência; e
2. Nos termos do §2º do art. 49 da Lei nº 14.600/2023 e art. 15 da Lei nº 12.846/2013, envio de ofício ao Ministério Público Federal (MPF), para providências referentes à sua esfera de sua competência.

180. É o parecer.

À consideração superior.

Brasília, 9 de abril de 2024.

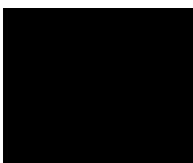
VINICIUS DE CARVALHO MADEIRA

PROCURADOR FEDERAL
COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE, OUVIDORIA E INTEGRIDADE PRIVADA
CONJUR/CGU

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00190109389202109 e da chave de acesso [REDACTED]

Notas

1. [^] *Destaque-se que a Lei nº 12.846/2013 prevê, tão somente, a responsabilização de pessoas jurídicas, razão pela qual a Comissão Processante, corretamente, não imputou a prática de atos lesivos tipificados na referida norma à pessoa física Sra. Tânia Regina Guertas.*
2. [^] *RIBEIRO, Márcio de Aguiar. **Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas à luz da Lei Anticorrupção Empresarial**. Belo Horizonte: Fórum Conhecimento Jurídico, 2017, p. 168.*



Documento assinado eletronicamente por VINICIUS DE CARVALHO MADEIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código [REDACTED] e chave de acesso [REDACTED] no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VINICIUS DE CARVALHO MADEIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-04-2024 22:20. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO À CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
GABINETE

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00108/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU

NUP: 00190.109389/2021-09

INTERESSADOS: NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A. E OUTROS

ASSUNTOS: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO DE EMPRESA (PAR)

1. Concordo com os fundamentos, e, portanto, APROVO o Parecer nº. 00013/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU.

2. Ao Apoio Administrativo desta CONJUR, para trâmite via SEI ao Gabinete do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, acompanhado de minuta de decisão, e, após, ciência à Secretaria de Integridade Privada e publicação.

Brasília, 15 de abril de 2024.

FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA
CONSULTOR JURÍDICO/CGU

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00190109389202109 e da chave de acesso 85333a00



Documento assinado eletronicamente por FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1468666400 e chave de acesso 85333a00 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-04-2024 14:22. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
